



## **MUNICÍPIO DE AVEIRO**

### **Assembleia Municipal**

#### **ACTA N.º 10**

*Sessão ordinária de Abril*

*6.ª Reunião de 07-05-1998*

Aos sete dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Manuel Simões Madaíl, Diniz Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Libério da Silva Santos, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Luís Miguel Capão Filipe, Estevão de Sousa Rosas e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais: José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, João Pedro Simões Dias, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Joaquim António Gaspar Melo Albino e Manuel Simões Madaíl, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Vogal Jorge Arroiteia:

*" Sr. Presidente, se fosse possível eu gostava de fazer uma pequena sugestão antes do início dos nossos trabalhos. "*

Presidente da Mesa:

*" Certo. Se for informalmente fa-la-á de imediato. Se for em termos rigorosos do período de antes da ordem do dia, tenho que consultar a Assembleia. "*

Vogal Jorge Arroiteia:

*" Sr. Presidente, eu penso que pode ser de forma informal."*

Presidente da Mesa:

*" A Mesa decide conceder-lhe a palavra."*

Vogal Jorge Arroiteia:

*" Muito obrigado Sr. Presidente.*

*Sr. Presidente, Srs. Deputados, sendo de esperar que na reunião de hoje se conclua a ordem de trabalhos da nossa, já longa, sessão da Assembleia Municipal, cumpre-nos solicitar ao Sr. Presidente da Mesa o favor de, nas próximas reuniões, ter em consideração o seguinte:*

- 1. rever o horário de início das nossas reuniões, prevendo a eventualidade das mesmas se iniciarem, em horário pós-laboral, mas antecipando-lhes o seu início em relação ao estabelecido até ao momento;*
- 2. fixar um horário para encerramento dos trabalhos que permita, no caso de reuniões em dias sucessivos, um intervalo de repouso mínimo, uma vez que muitos dos Senhores deputados municipais, por afazeres profissionais, têm que se levantar bastante cedo, ficando assim prejudicados em virtude do termo, tardio, dos nossos encontros;*
- 3. prever uma calendarização das nossas reuniões em dias seguidos ou intercalados, mas previamente estabelecidos quando do envio das respectivas convocatórias.*

*Estamos certos que a prática e a convivência democráticas, bem como o funcionamento desta Assembleia Municipal ganharão futuramente como estabelecimento de normas mais precisas que não prejudiquem os senhores deputados no desempenho das suas funções nem nos seus afazeres profissionais."*

Presidente da Mesa:

*"As considerações afirmam-se pertinentes. Antes de apalpar o pulso (passo a expressão) à Assembleia, não podia prever uma agenda tão comprida, também acho pertinente que a ordem de trabalhos seja mais reduzida em cada sessão, é possível fazer mais com menos horas de trabalho.*

*Quanto às sessões, a tradição mais profunda da Assembleia Municipal é reunir só depois do jantar, mas nos últimos anos se têm reunido com frequência a começar à tarde. Pessoalmente, tanto faz como fez, é-me indiferente, mas gostaria já agora de ouvir as outras bancadas sobre isto. É difícil estabelecer regras fixas, mas quanto à sequência das sessões, é evidente que as sessões quando se alongam ou se excede o limite legal de seis e depois chuta para diante na medida em que tem que dar uma dilação de oito dias, ou tem que se entrar pela noite dentro. O que é desagradável. Para mim não, pessoalmente, porque gosto de trabalhar à noite, e à noite é que estou melhor do que de manhã, mas sei que há pessoas que a partir da meia-noite fazem um certo esforço para estarem acordadas e a trabalhar e a funcionar e têm diminuição de capacidades, até.*

*Todas as considerações me pareceram muito pertinentes, mas salvo devido respeito, há uma omissão. Também é preciso que os membros da Assembleia se apercebam de que o excesso do uso de direito da palavra, alonga os trabalhos. E com o regimento que temos e que está em revisão, não há maneira de cercear isso sem violência antidemocrática, prepotência da Mesa, susceptível de recurso e de pôr em causa a própria autoridade da Mesa. Tenho pensado nisso e penso que deveria estabelecer-se um limite de intervenção individual por tema e um limite de intervenção de grupo ou então tão somente um limite de intervenção por grupo, ficando a gestão do tempo*

*total a cargo da bancada. Tenho algumas dúvidas se não deverá estabelecer-se uma pequena excepção no sentido do seu tempo de intervenção não contar para o grupo, em relação aos presidentes de junta. Mas isso é tema, quando for a comissão do regimento, se vier proposto ou sugerido pela comissão, essas e outras serão analisadas pelo colectivo e teremos a oportunidade de decidir.*

*Mas, não sei se é de consultar agora já as bancadas sobre isso ou se guardar o tema para uma reunião da conferência de líderes, talvez seja mais eficaz, mais cómodo."*

Vogal João Barbosa:

*"Se eu compreendi bem, o Sr. Presidente põe em causa que no próximo Regimento os Presidentes de Junta vão ter aqui uma excepção. É que vão poder falar duas vezes: é quando estão a defender a Junta e é quando estão a defender o Concelho. É isso?"*

Presidente da Mesa:

*"Admito essa hipótese. Não seria a Mesa a apreciar isso. Estariam sujeitos ao tempo colectivo da bancada, mas quando usassem a palavra para assuntos específicos da Junta de Freguesia, talvez esse tempo devesse ser fora. Não sei, estou a falar em voz alta, não tenho nenhuma objecção sobre isso, nem sei se isso é injusto. Porque a minha tese primeira é que, os Presidentes de Junta integram as bancadas partidárias respectivas. Mas também acho que pode haver, imagine-se que uma bancada tem tendência para o debate político teórico e generalista. Bem, às tantas os Presidentes de Junta da respectiva bancada podem ser preteridos e ser desfavorecidos no seu legítimo direito de tutelarem os interesses pontuais específicos da freguesia. Não sei, é uma coisa para discutirmos quando for tempo disso."*

Vogal João Barbosa:

*"Desculpe, se bem compreendo o Sr. Presidente está a passar um atestado de menoridade aos Presidentes de Junta."*

Presidente da Mesa:

*"Não, estou a passar um atestado de maioridade. Mas se não quiser o alvará, eu por mim também lho tiro com toda a facilidade e rapidamente, porque o donativo a mal agradecidos, o melhor é não estender a mão."*

De imediato o Sr. Presidente da Mesa deu início ao ponto seguinte da ordem de trabalhos:

## **PONTO N.º 7 - AQUISIÇÃO DO TEATRO AVEIRENSE**

Entretanto saiu da sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Presidente da Mesa:

*"Sobre este ponto recebi duas cartas, uma do deputado João Pedro Simões Dias, que vou ler, diz assim:*

*"Considerando as disposições congregadas dos artigos 7 n.º 2 alínea h) e 9 n.º 2 alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, considero-me impedido de participar no processo de discussão e deliberação do ponto de ordem de trabalhos da sessão ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Aveiro atinente à "Aquisição do Teatro Aveirense".*

*Nessa medida informo V.Ex.a que me ausentarei do funcionamento desta Assembleia enquanto a mesma discutir e deliberar sobre o ponto referido da Agenda de Ordem de Trabalhos."*

*Depois um carta do deputado Diogo Soares Machado que é do mesmo sentido, é igual:*

*" Considerando as disposições conjugadas dos artigos 7 n.º 2 alínea h) e 9 n.º 2 alínea d) do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, considero-me impedido de participar no processo de discussão e deliberação do ponto de ordem de trabalhos da sessão ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Aveiro atinente à "Aquisição do Teatro Aveirense".*

*Nessa medida, informo V.Ex.a que me ausentarei do funcionamento desta Assembleia enquanto a mesma discutir e deliberar sobre o ponto referido da Agenda de Ordem de Trabalhos."*

*Penso que esta ausência é uma ausência política, mas não pessoal, não há razão nenhuma para abandonar os trabalhos, naturalmente. Na altura se verá, penso que se mantém o quórum mesmo com as ditas ausências, que se compreende. Penso que há um problema de transparência, um problema de acautelar o que possa parecer um conflito de interesses."*

Presidente da Câmara:

*"Muito obrigado, Sr. Presidente. Tal como eu sintetizei na comunicação que enviei a esta Assembleia, a minha proposta iria no sentido de que a Câmara adquirisse o Teatro Aveirense. Penso que é uma oportunidade excelente para entrar na posse de um património cultural da cidade, é uma sala com mais de cem anos com 1040 lugares, o que é uma capacidade excelente, e que tem estado, como toda a gente sabe subaproveitada e não está a ser explorada, está a degradar-se, faz parte da memória colectiva da actividade cultural da cidade e da própria imagem da nossa praça do município. Penso que a solução que foi encontrada do ponto de vista financeiro é excelente para a Câmara, o preço atribuído ao valor total das quotas foi trezentos e trinta mil contos; o estado na sequência do protocolo assinado ontem pelo Sr. Ministro da Cultura participará com 50% em três anos. Isto quer dizer em termos práticos que a Câmara Municipal de Aveiro poderia, com um esforço de "apenas" cento e sessenta e cinco mil contos, adquirir o Teatro Aveirense e fazê-lo em três anos. Ou seja, só despender por ano cinquenta e cinco mil contos. Penso que ficar na propriedade aveirense por cinquenta e cinco mil contos este ano e nos próximos dois anos é uma excelente oportunidade que não só o passado do teatro, como também o futuro da actividade cultural e artística de Aveiro justificam e por isso, submeto esta proposta à apreciação da Assembleia. "*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal Filipe Brandão:

*" Sr. Presidente, Srs. Vogais, começo a minha intervenção por abrir um parêntesis, uma consideração "a latere", aliás lateral (uma vez que houve algumas observações contra o emprego do latim, mas compreenderão que por deformação profissional e não outra, correntemente ele advém). Apenas para referir, como o Sr. Presidente bem sabe, mas também não posso deixar de o fazer, em rigor não estamos a adquirir o Teatro Aveirense, estamos a adquirir uma participação social, o que não é a mesma coisa, embora compreenda que seja o meio mais expedito e eventualmente o menos oneroso para o Município porquanto, do ponto de vista jurídico e jurídico-fiscal, com*

*toda a certeza será a forma mais em conta de adquirir o imóvel. Critico a falta de rigor quando na deliberação camarária se refere que a autarquia com esta aquisição entra na posse do imóvel e critico apenas por um rigor técnico-jurídico. Como V. Ex.a sabe, o direito a uma quota não é um direito real de gozo, não é sequer um direito sobre uma coisa corpórea. Mas portanto, fica apenas este pequeno reparo de jurista para jurista, embora de facto, tal como aquele ponto anterior da ordem de trabalhos, a ideia que perpassa para um leigo é de facto essa, ou seja, quem adquire a maioria do capital social entra na detenção, mas não em rigor na posse. Mas isto era uma referência lateral.*

*Vamos pronunciar-se então sobre a substância e aqui como no resto a Câmara merece o nosso maior aplauso. Penso que é incontestável e incontestado que o Teatro Aveirense é um imóvel de um elevadíssimo, nunca por demais exaltado, interesse concelhio. Devo dizer, como autarca aveirense, jamais me perdoaria a mim próprio se, tendo a oportunidade de o fazer, deixasse de integrar no património do Município um imóvel que nos diz tanto, a todos nós aveirenses. E neste momento não posso deixar de lamentar que o mesmo não possa fazer quanto a um outro imóvel não menos interessante, que era (e exteriormente ainda é) o Teatro Avenida, dentro do qual, tantas e tantas sessões de cinema assisti e que tantos eventos acolheu, designadamente um congresso que justificou inclusive a recente atribuição de uma elevadíssima distinção à cidade, como é o da “Ordem da Liberdade”.*

*Congratulo-me pela prontidão com que esta Câmara Municipal conseguiu reunir os apoios financeiros, designadamente o empenho do Ministério da Cultura que se prontificou a custear 50% do imóvel e por isso, Sr. Presidente, em meu nome e no nome da bancada do Partido Socialista lhe quero felicitar e dizer-lhe que bem haja pela prontidão, que bem haja pela competência, Aveiro está a mexer.”*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais: Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Gaspar Albino:

*“ Sr. Presidente, Srs. Vogais. Sinto um certo nervoso interior ao abordar este tema. Quase nasci ali paredes meias com o Teatro Aveirense, na Rua Gustavo Ferreira Pinto Basto. A minha meninice foi ali passada. Conheci, ao contrário de muitos de vós o anterior edifício; assisti à sua demolição; assisti à construção deste. Neste edifício fiz a minha primeira exposição de artes plásticas, numa altura em que Aveiro não tinha uma sala para albergar artistas plásticos e a sua produção. Neste Teatro, eu e o Jaime Borges ensaiámos as primeiras tentativas do teatro por conta de um CETA que ajudamos a fundar. Eu fui cenógrafo naquele palco; o Jaime Borges foi actor. Hoje somos actores de outra coisa, somos actores na vida desta cidade. E eu ficaria de mal comigo se não seguisse o ponto da minha consciência para repetir aquilo que já em foro íntimo disse muitas vezes: Bem hajam todos aqueles que devolverem o Teatro Aveirense à glória de outros tempos, para a fruição plena da minha terra e dos seus habitantes. Bem hajam todos!*

*Há dias foi assinado mais um protocolo, o terceiro protocolo, de certeza que será o último protocolo antes daquele edifício vir para a plena fruição de todos nós. Como aveirense, digo com emoção, traduzo a vontade legítima que toda esta bancada, todos os senhores, todo aquele indivíduo que sente Aveiro: Andem para a frente, sem propriedade plena ou não, mas eu sei que quem vai deter os destinos daquela casa é a Câmara da minha terra. Obrigado a todos aqueles que permitiram isto, obrigado em nome dos meus filhos que vos ficarão gratos.”*

Vogal Nuno Tavares:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me uma pequenina introdução: Fui daqueles que ficaram muito satisfeitos com os resultados eleitorais para a autarquia de Aveiro. Não que o meu candidato fosse o Dr. Alberto Souto; o meu candidato era o Engº Cruz Tavares e continuo plenamente convencido que o Engº Cruz Tavares seria um grande presidente da Câmara de Aveiro, como certamente está a ser e será um grande vereador e um grande colaborador do actual Presidente da Câmara de Aveiro. O Dr. Alberto Souto é uma pessoa a respeito de quem acerca de uma dúzia de anos, através de um amigo comum com quem ele teve a ocasião de colaborar e talvez com quem ele se tenha iniciado nas lides europeias, as referências mais elogiosas, vão já onze anos, era o Dr. Cruz Vilaça, meu velho amigo, colega de curso e que num almoço a dois, falando dos seus colaboradores, me referiu vários e a certa altura me disse: Está lá um conterrâneo teu que é de facto um tipo superiormente inteligente (entre outros elogios que me deu). Portanto, relativamente ao Dr. Alberto Souto eu tenho que reconhecer, com todo o gosto, que de facto ele é um homem em que eu reconheço grandes capacidades, grandes qualidades, quer intelectuais, quer culturais, quer jurídicas, quer sobretudo qualidades morais e humanas. Isto vem a propósito de quê? Isto vem a propósito de que, eleito este Executivo, a esperança que se apoderou de todos nós, víssemos o definir de uma nova mentalidade de gestão do concelho de Aveiro. E a definição de novas e diferentes prioridades para Aveiro, em diversos domínios, mas com uma incidência grande no domínio social. E aqui entramos no problema do Teatro Aveirense. A que propósito é que isto vem? Vem ao propósito seguinte: eu estou perfeitamente de acordo quer com a introdução e a análise, enfim, a abordagem jurídica feita pelo Dr. Filipe Brandão, quer com as afirmações que aqui foram produzidas pelo Deputado Gaspar Albino, no sentido de que o Teatro Aveirense constitui um património cultural valiosíssimo, imprescindível para a cidade, que tem um grande significado para todos os aveirenses e que independentemente disso, é também uma sala e particularmente um palco, como há poucos por aí fora. Portanto, é de interesse absoluto a preservação do Teatro Aveirense. Eu pergunto-me é, se a aquisição pura e simples do Teatro Aveirense será única e sobretudo a onerosa, que poderá servir os fins a que destina e estar assim também ao serviço da cultura e dos cidadãos e da comunidade aveirense. Teatro Aveirense, naturalmente que é para ser utilizado e ter a maior utilização e a mais frequente possível e a de maior qualidade possível e para isso tem que lhe ser afectados recursos, sobretudo à conservação e à melhoria das condições do Teatro. Eu parece-me que seria possível e aconselhável, a reanálise de todo este processo e a tentativa de com os proprietários, com a sociedade proprietária do Teatro, encontrarem soluções que passem ou que não passem pelo dispêndio de, salvo erro, cento e sessenta e cinco mil contos do Município e outros cento e sessenta e cinco mil contos do País. Independentemente de ser barato ou ser caro. Eu penso é que para nós, aveirenses, gastarem-se cento e sessenta e cinco mil contos, repartidos embora por três anos, não é interpretar correctamente aquilo que devem ser as prioridades na gestão do Município de Aveiro. Quando há necessidades básicas por satisfazer e profundas em habitação, em saneamentos, noutros domínios, quando há tantas necessidades e tantas carências que particularmente os Presidentes das Juntas de Freguesias rurais nos fazem sentir e nos fazem chegar, eu acho que não é justo, não é correcto aplicar-se um quantitativo de dinheiro daquela ordem na aquisição do Teatro, sem se terem previamente equacionado soluções eventualmente alternativas e que não passem por aí. Todos nós sabemos que há tanta e tanta gente que herda*

*património e património que não é rentável; património que as pessoas mantêm na sua posse, que herdaram normalmente e mantêm na sua posse por alguma razão que está muito para além do dinheiro e só se desfazem desse património em caso absolutamente necessário. E, por aquilo que eu julgo ser verdade, penso que os proprietários do capital do Teatro Aveirense não estarão propriamente nessas condições. Seria até curioso, eventualmente, colocar numa balança do deve e haver se alguns desses proprietários até terão dado mais a Aveiro ou terão recebido mais de Aveiro. É portanto, um apelo que eu aqui faço, no sentido de que esta Câmara não vá pela solução mais fácil. A solução mais fácil é sempre pegar em dinheiro, é a solução do novo rico, é de pegar em dinheiro, comprou e está o problema resolvido. Será que não há a possibilidade de se conseguirem verbas comunitárias, por exemplo, para esta finalidade, para esta aquisição. E não vejam nisto uma contradição entre aquilo que eu estou a dizer, quer dizer, em princípio não deve passar-se pela aquisição, deve procurar celebrar-se um protocolo entre o Município de Aveiro e a sociedade proprietária do Teatro Aveirense no sentido de, garantindo interesses legítimos de todos, interesses legítimos da cidade, do concelho, do município e interesses legítimos, naturalmente, dos proprietários, de se buscarem outras soluções que não envolvam o dispêndio de verbas tão elevadas e que tanta falta com certeza farão noutros domínios, como aqui aliás também tem sido destacado e muito bem pelo Sr. Presidente da Câmara e pelos meus ilustres colegas. É portanto esse apelo que faço, que é um apelo à reflexão, à reanálise, à reponderação, no sentido de se buscarem outras soluções que não o gastar dinheiro e tudo fica bem, gastou-se dinheiro, somos ricos, somos bons. É que, por outro lado, é capaz de haver aqui também, a insistir-se nesta proposta, alguma contribuição entre o afirmar-se que os recursos são demasiados escassos, que há necessidades básicas que não podem satisfazer-se e ao mesmo tempo, gastar-se mais de centena e meia de milhares de contos por uma forma que eu entendo que não é absolutamente imperativa e indispensável."*

Vogal Gaspar Albino:

*"Depois de ter ouvido as palavras do nosso colega, Vogal Nuno Tavares, eu senti qualquer coisa cá dentro que me fez mexer. É que para mim, que sou de Aveiro, que leio os jornais, que tenho ouvido as intervenções públicas ao longo de dezenas de anos, tudo apontando numa coisa, é que a aquisição do aveirense não era susceptível de reanálise, reapreciação, porque era uma obrigação de todos nós, trazer aquele prédio para nós. Há uma carga histórica, há orçamentos sucessivos deste município, para a compra do Teatro Aveirense. Palavra de honra que é a primeira vez na minha vida de cidadão desta terra que ouço alguém manifestar-se contra a aquisição daquele prédio, é a primeira vez e neste lugar. É um direito legítimo de estar contra, mas devo vos dizer que se fossem perguntar aí a toda a gente que passasse por nós na rua, qual era a vontade de cada um dos cidadãos desta minha terra, eu diria assim: compre-se aquela casa, faz parte da minha história, faz parte da nossa história. Quem disser o contrário, está profundamente a atraiçoar um mandato que nos foi conferido, porque eu sinto que se fosse sufragado a esta vontade, ela teria o apoio unânime menos um, no sentido da compra daquele edifício."*

Presidente da Mesa:

*"São duas perspectivas, somos todos a favor de Aveiro, uma é uma perspectiva emotiva, afectiva e sentimental, a outra é uma perspectiva economicista e calculista que todas as pessoas bem compreendem."*

Vogal Nuno Tavares:

*"Não é economicista, é social e as minhas palavras (peço desculpa, com todo o respeito que tenho, naturalmente que tenho e admiração e estima pelo Dr. Gaspar Albino) foram por ele deficientemente entendidas. Eu sou intransigentemente a favor (e disse-o e afirmei-o, creio eu) da preservação do Teatro Aveirense e da sua colocação ao serviço da comunidade aveirense e da cultura. O que eu disse muito e simplesmente, foi só isto: é que possivelmente haverá outras formas de atingir esse objectivo que não passem pela pura e simples aquisição. Até posso adiantar mais: até passaria pela pura e simples oferta ou disponibilização por parte dos proprietários do Teatro Aveirense à cidade. Isso é que era um gesto nobre."*

Vogal Henrique Diz:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos numa discussão que sem dúvida alguma tem uma grande dose de emotividade e portanto, penso que as diversas intervenções devem ter isso em conta. E nós na interpretação das palavras dos nossos colegas, não nos podemos esquecer da carga emotiva que a discussão deste assunto traz. Se me permitissem ser um pouco mais frio, eu começaria, Sr. Presidente, por louvar a atitude dos Srs. Deputados e caros colegas que se afastaram voluntariamente da discussão e esperar que esta atitude seja seguida por todos nós em todos os momentos em que da forma mais leve os nossos interesses de alguma forma estejam envolvidos na discussão dos pontos em análise. Estou convicto de que não é necessário lançar um repto. Estou convicto de que vai ser assim. Mas não posso deixar de louvar esta atitude. Por outro lado, não posso também deixar de louvar a atitude de um deputado que nos antecedeu, ao requerer rigor na linguagem técnica das propostas que nos traz a Câmara e que a Câmara aprova na sua sessão. A qualidade (e o Sr. Presidente sabe-a tão bem como eu) do que fazemos também passa por esse rigor. Certamente que é apenas o desejo de avançar rapidamente no conjunto de assuntos pendentes que estão em cima das diversas secretárias, que de vez em quando permite alguns desvios deste rigor. Permitam-me ainda que faça referência ao facto de a Câmara de Aveiro ter sido previdente e antes mesmo da discussão e aprovação da aquisição de 80% do capital social da sociedade do cine-teatro aveirense ter garantido em cerimónia pública em que estive o Sr. Ministro da Cultura, a contribuição do poder central para a aquisição do teatro, não só diminuindo a carga financeira sobre o município, como contribuindo com isso, para o envolvimento directo desse poder no financiamento futuro das actividades culturais que o Teatro Aveirense vai permitir desenvolver. Não temos dúvidas, na bancada PSD, sobre o valioso património que o Teatro Aveirense representa para a Cidade de Aveiro. Não temos dúvidas, por isso, também sobre a necessidade de assegurar que esse património continue a estar ao serviço da cidade. E não temos dúvidas apesar das nossas preocupações de carácter social bem expressas em outras intervenções. Não temos dúvidas apesar das necessidades que existem no concelho em outras matérias. Mas estamos convictos, no entanto, de que a preservação dos bens culturais, a possibilidade de valorizar Aveiro, dotando-a com um espaço onde possam actuar: a Orquestra das Beiras, o CETA, o GRETUA, Grupos Culturais Etnográficos e Corais, com a consequente valorização da política cultural. Com tudo isto, nós estamos a contribuir para o desenvolvimento da cidade e ao fazê-lo, vamos garantidamente, num prazo mais longo do que se o fizéssemos directamente, contribuir também para acorrer aos problemas sociais. Também não tenho dúvidas que o facto de Aveiro não dispôr neste momento de nenhuma sala de espectáculos que*

*permita o tipo de intervenção que o Teatro Aveirense nos proporciona, é um factor importante na decisão a tomar. Lamenta-se que a falta de espaço, certamente terá sido por isso, no Centro Cultural, não tenha permitido dotar o anfiteatro ali existente de um palco efectivamente adequado às necessidades culturais da cidade e do concelho. Não seria justo se não chamasse aqui à razão, também o envolvimento de pessoas que tiveram anteriormente responsabilidade neste processo que hoje, naturalmente, conduzirá a uma decisão favorável sobre a aquisição de 80% do capital social da sociedade Teatro Aveirense.*

*No entanto, Sr. Presidente, eu não posso deixar de lhe colocar algumas questões. Tendo afirmado da importância da aquisição que está aqui proposta, gostaria no entanto, Sr. Presidente de, admitindo que o negócio seja bom, como o Sr. Presidente explicou, primeiro porque há uma contribuição importante da parte do poder central; segundo, porque a negociação foi conduzida de forma a proceder ao pagamento de uma maneira diferida, não tendo dúvidas sobre isso, eu gostaria no entanto, de questionar o Sr. Presidente sobre duas ou três pequenas coisas:*

*A primeira é - pensando eu que a Câmara não tem vocação para ter empresas e para as gerir, porque motivo não está em aquisição o edifício o Teatro Aveirense em vez de uma parte do capital social desse teatro?*

*A segunda é: o Sr. Presidente afirma na proposta, que a sociedade será adquirida por trezentos e trinta mil contos, acordados com os proprietários do cine-teatro aveirense; afirma em seguida que é apenas possível comprar neste momento 80% do capital social. E a questão que eu lhe ponho é: A proceder-se à aquisição da forma proposta, como garante o Sr. Presidente que os outros 20% do capital social serão adquiridos pelo valor negocial. Como garante o Sr. Presidente que esses 20% poderão mesmo ser adquiridos?."*

**Vogal João Barbosa:**

*" Sr. Presidente, eu vou ser breve, mas não deixo de dizer duas palavras sobre o Teatro Aveirense, naturalmente sem emotividade e também sem fazer teatro, até porque estamos a falar do Teatro Aveirense. É lamentável que se tenham assinado três protocolos para por fim e muito bem esta Câmara, que não poderia fazer de outra maneira, adquirir o Teatro Aveirense.*

*Eu falo desta maneira porque, em Aveiro tanto se fala de aveirismo, tanto se fala dos defensores do Aveiro, da nossa terra, do amor à terra e quando acontecem estas coisas, nós não vemos o aveirismo, não vemos o amor Aveiro, o amor à terra que tanto se apregoa. E vem isto a propósito, porque nós, segundo nos é dado conhecer, o valor das acções dos accionistas do Teatro Aveirense são alguns, mas de pouco valor, com pouca quantidade de acções. E era nesta altura que essas pessoas, que até devem ser pessoas abastadas, que mostrassem realmente o seu amor à terra, o seu patriotismo, o seu aveirismo, ao doarem o Teatro à Câmara Municipal de Aveiro. Isso sim, Sr. Presidente da Câmara, porque as pessoas que dão e que gostam não fazem publicidade. De outra maneira também e já foi falado aqui, que gostaria que o Sr. Presidente da Câmara desse garantias, realmente, que o valor a negociar com os outros 20% de pequeninos accionistas, fosse realmente feito numa situação justa e esperamos, que de outra maneira não seria possível, que fossem realmente esses valores contabilizados igual."*

**Vogal António Salavessa:**

*"Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes durante a vigência da Câmara anterior, houve propostas que marcaram passo ou foram rejeitadas nesta Câmara (passo a*

*expressão), devido a alguns aspectos formais, alguns de alguma importância, outros de menor, mas apesar de tudo, aspectos formais.*

*Esperava sinceramente que esta Câmara alterasse este tipo de comportamentos, mas ao fim de quatro meses ainda continua a acontecer. Por isso, apelava, muito sinceramente, a uma vigilância maior, a uma atenção maior, para que eles não aconteçam. Neste particular destaco três questões:*

*Primeiro é (e que configura alguma falta de consideração por este órgão) o facto de se ter assinado o protocolo sem que a Assembleia o tenha autorizado. Penso que os calendários das visitas ministeriais ou os calendários dos actos públicos, ou então a Assembleia, devia-se ter ouvido um pouco a experiência do funcionamento da Assembleia para que a marcação pudesse permitir que tudo isto corresse com perfeita normalidade. Admito que em certos termos hoje em andamento, poderia permitir, mas como se veio a demonstrar não permitiu. Portanto, em termos formais, a assinatura do protocolo foi sem que esta Assembleia o tivesse autorizado. Com certeza que vai autorizar, não está isso em causa, mas apelava a que isto não se repetisse.*

*Outra, é a falta do protocolo. Foi assinado um protocolo. Eu penso que, não é que a Câmara tenha que o dizer, mas penso que o deve dar a conhecer à Assembleia, até porque o Sr. Presidente vai ter que responder, se assim quiser, a algumas perguntas que lhe vou fazer que talvez tenham a ver com o protocolo.*

*O terceiro - como o Filipe Brandão já disse de uma forma mais ou menos leve, eu reafirmava de uma forma concreta porque, a deliberação da Câmara assenta na invocação de um preceito legal que não corresponde ao acto que estamos aqui a praticar. Nós não estamos a autorizar a aquisição de bens imóveis, que é concretamente a alínea a que diz respeito a deliberação da Câmara, estamos a autorizar a adesão a uma sociedade, que é uma alínea diferente. Portanto, chamo a atenção para a deliberação, em termos da Assembleia, ser a deliberação correspondente não a esta alínea que é invocada, mas à alínea exacta da Lei 100/84.*

*Depois destes aspectos, rapidamente as seguintes questões: Gostava de saber que tipo de obrigações cria o protocolo para a Câmara e para o poder central?*

*- Gostava de saber se há uma avaliação, já não dos custos de aquisição, mas dos custos de reparação, conservação e funcionamento do teatro. Se isso está perfeitamente quantificado?*

*- E se há corresponsabilidade do poder central nesse funcionamento e nessas obras. Se além da compra, se essa participação do poder central se mantém para além da mera aquisição e se há responsabilidades na exploração?*

*Sinceramente, eu tive, quando me apercebi do formato por que a Câmara optou para proceder a esta operação, tive sérias dúvidas porque de facto, não é a mesma coisa comprar um imóvel, pronto está comprado é da posse da Câmara e adiante, do que comprar uma sociedade com tudo aquilo que está associado, nomeadamente o passivo da sociedade. A Câmara defende que esta solução é mais económica, pela consulta que fiz do balanço que nos foi entregue da sociedade, de facto o que ali está não é significativo, não tem grande peso e esta preocupação que eu tinha, que pudesse haver um passivo acumulado muito grave, penso que se são verdadeiros estes números, de facto não tem grande expressão, pelo que não faço nenhuma objecção. Eu tenho muito respeito por quem vê estas coisas do lado emotivo e afectivo, respeito isso de uma maneira muito profunda, embora acho que nos actos públicos temos de avaliar as coisas pelo seu conteúdo concreto. Quer dizer, se o Município tivesse que desembolsar dois ou três milhões de contos para comprar o teatro aveirense, eu por muita emoção que houvesse não podia estar de acordo com*

*uma solução desse tipo. Tal como, talvez não estivesse de acordo com este investimento se quem construiu o Centro Cultural e de Congressos o tivesse dotado de uma sala efectivamente polivalente, efectivamente capaz de responder ao conjunto de solicitações culturais e isso não é manifestamente o caso nem há volta a dar. Nestas circunstâncias entendo que faz falta em Aveiro uma sala com as características do Teatro Aveirense e aguardo as explicações do Sr. Presidente para saber se além da compra os aspectos de reparação e de exploração, se são também positivos. Tenho partilhado das opiniões que uma cidade que é sede de uma orquestra regional que tem uma série de colectividades que precisa e de um espaço deste tipo.*

*Agora, Sr. Presidente, permita-me só para terminar um pequeno apontamento. Tenha atenção Sr. Presidente aos bem-haja, Aveiro agradece, às manifestações de crianças que agradecem. Eu acho que é muito louvável os actos de agradecimento, mas peço-lhe para manter a cabeça fria em torno dessas manifestações de agradecimento já ao fim de três ou quatro meses de gestão camarária e que pense sempre, nunca esqueça que está a gerir os dinheiros do Município, que assumiu compromissos perante o eleitorado, que é obrigação da Câmara zelar pelo interesse público e que apesar das questões do mérito pessoal serem importantes nestas batalhas ou nestas lides, não esqueça acima de tudo que é um eleito pelas populações, que é um representante do poder local democrático e nunca confunda essas coisas.”*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Presidente da Mesa:

*"Muito obrigado. O Deputado António Salavessa não tem que estar preocupado para esses controles, porque estamos aqui nós para não deixar entrar em órbita. Antes do Sr. Presidente da Câmara avançar com essa explicação, eu antecipo-a. O Dr. Alberto Souto teve e eu também, a expectativa e a ingenuidade de pensar que este ponto da ordem dos trabalhos, ontem, à data da vinda do Ministro já estaria aviada. Não esteve. Talvez se pudesse ter antecipado e tal, mas enfim.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa:

*" Sr. Presidente, em primeiro lugar quero-me congratular pela aquisição deste imóvel por parte do Município. Não posso contudo, deixar de me congratular também pela grande vitória política do Executivo Socialista que não pode deixar de ser enaltecida aqui nesta casa, que é um órgão político, mas é bom que fique mais uma vez para as actas que foi preciso que viesse um Executivo Socialista para a idealidade aveirense para finalmente conseguirmos adquirir o Teatro Aveirense.*

*Em segundo lugar gostaria de deixar uma sugestão ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador da Juventude:*

*O Teatro Aveirense é um espaço privilegiado não só para todos os aveirenses, mas também para todos os jovens aveirenses e gostaria de deixar a sugestão que eventualmente houvesse um esforço por parte da Câmara, de motivar os jovens aveirenses, nomeadamente através de um movimento associativo, talvez até através da futura Casa Municipal de Juventude que espero que esteja concluída o mais breve possível para também desenvolver as actividades no Teatro Aveirense.”*

Vogal Rogério Madaíl:

*" Eu vou ser muito breve porque o que eu pensava falar já aqui foi quase tudo dito. Comungo das preocupações expressas pelo meu colega de bancada, Professor Diz, e*

*pelo meu colega de Assembleia, Dr. Filipe Brandão. Não quero no entanto, deixar de manifestar o meu total acordo pela aquisição deste imóvel que faz parte do património da nossa cidade e que ele é importante que seja posto ao serviço da cultura, no sentido de valorizar as pessoas, os aveirenses."*

Presidente da Mesa:

*" Estive a estudar isso. 80% não é a aquisição em espécie do Teatro Aveirense. Na prática é, porque quem tem 80% de uma sociedade tem um controle absoluto e os 20% se viesse a haver obstaculização na sua compra, podiam ser preteridos com sucessivos aumentos de capital; quem tem 80% pode promover. Mas enfim, a questão que foi assinalada pelo Filipe Brandão, juridicamente põe-se.*

*Quanto ao Centro de Congressos, não fui eu o arquitecto nem era presidente da câmara à data, mas devo explicar que aquele anfiteatro não tem condições musicais nem teatrais por uma razão extrínseca: a passagem da linha de caminho-de-ferro entendeu-se que era perturbadora de espectáculos musicais de alto nível e de teatrais também. Embora pudesse ter sido colmatado com um sistema de isolamento, mas que sairia caríssima. É uma explicação histórica disso.*

*Quanto ao Teatro Aveirense. Como todos os aveirenses estou ligado a ele, já foi dito. Eram as restas dos finalistas, os bailes, o cinema nos tempos em que o cinema era uma grande distração e escola da juventude, para o bem e para o mal; foram os primeiro e segundo congressos republicanos; o ciclo de cultura musical. Aveiro tinha fama (que foi perdendo) de ter um público musical extremamente competente e crítico, daí que músico que viesse a Portugal que não viesse submeter-se à posição dos aveirenses, não tinha o seu palmarés completo. Não fui eu que o disse, foi a Guilhermina Sugia, que tive o gosto de (e sinto um frisson quando refiro isso) ouvir naquele Teatro Aveirense. Mas números são números e estamos aqui a pensar quanto custa e quanto é que vamos gastar, se é bom negócio para além, realmente, da parte afectiva."*

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

*" Palavras curtas para reforçar a questão do isolamento sonoro e da acústica deste teatro de que falou o Sr. Presidente da Mesa, porque realmente para se conseguir pelo mesmo preço uma coisa desta natureza, não me parece que fosse possível. Por outro lado, como toda a gente o momento é histórico e eu sinto-me especialmente feliz por ver um processo que começa agora e que é irreversível de municipalizar uma memória de Aveiro que seria insubstituível.*

*Finalmente, duas pequenas questões trazidas aqui por outros deputados anteriormente, como seja por exemplo a questão da doação por parte de eventuais titulares de quotas. É evidente, se as pessoas não doam é porque não querem dar e não há volta a dar-lhe, tem mesmo que se adquirir e a questão de se adquirir desta forma é aquela que é ditada pelos vendedores. De outra forma, trata-se de pessoas do domínio público sem grandes necessidades económicas e logicamente não me parece que a Câmara tivesse alguma vez possibilidade de forçar essa decisão de contratar, de outra forma que não fosse esta, isto é, daquela que traga vantagem financeira para a Câmara é certo, mas que os proprietários exigem, de outro modo não vendiam, não cediam. Isto esteve tão à vista durante estes anos todos que julgo que já é escusado perder mais tempo com isso.*

*Finalmente (e foi mais essa a razão da minha inscrição), a questão da assinatura de eventuais protocolos que beneficiem a cidade em questões de decisão obrigatória da Assembleia Municipal antes dessas decisões. Eu não estou de acordo, pelo menos nos*

*termos em que isso foi referido. E, Aveiro não é a única Câmara próxima onde isso tem vindo a acontecer. O protocolo com o Governo não é uma antecipação de uma decisão e mesmo que o fosse, a Câmara Municipal tem poderes para em benefício do Município tomar decisões de natureza urgente, terá depois é que trazer aqui a devida fundamentação. De outro modo, se estamos à espera, nós vamos esperar o resto da vida.”*

Vogal Gaspar Albino:

*" Obrigado Sr. Presidente. É mais do que evidente que as Câmaras anteriores já se tinham esforçado pela compra deste imóvel. E devo-vos dizer uma coisa: A Câmara Municipal de Aveiro já foi co-proprietária daquele imóvel. A primeira sociedade proprietária do Teatro Aveirense era participada; a Câmara de Aveiro tinha acções que subscreveu por iniciativa salvo erro, de Sua Majestade o Rei D. Luís, e em 1912 a Câmara era uma grande accionista daquela casa. Eu até me atrevo a sugerir isto: é que a Câmara comissione alguém a fazer a história do Teatro Aveirense. Tal é a importância que aquela casa tem para a vida da cidade de Aveiro. Muitas coisas já aqui foram citadas pelo Sr. Presidente da Mesa, eu citei outras, muitos outros poderão carregar para um livro onde a alma aveirense fique ainda mais cimentada. Portanto, esta história de voltar a ser proprietária daquela casa, ou daquela instituição, Teatro Aveirense, já não é nova. E refiro isto porque, ao longo das várias pequenas conversas que fui tendo aqui nesta Câmara, fui verificando que muitos desconheciam, todos aqueles que falaram comigo desconheciam isto. Portanto, aquela casa para além do valor afectivo, para além de tudo isso, volta ao seu primeiro proprietário porque era proprietário em maioria no capital."*

Vogal Henrique Diz:

*" Sr. Presidente, muito brevemente, eu gostaria de acolher favoravelmente a proposta do Sr. Gaspar Albino no que diz respeito à história do Teatro Aveirense e à sua contribuição para a cidade, nomeadamente, para o desenvolvimento cultural da cidade de Aveiro. Eu posso, se o Sr. Gaspar Albino estivesse de acordo, dar-lhe um episódio pessoal: O Teatro Aveirense é o único local onde eu fui filmado sem estar presente. De maneira que, eu também estou ligado de alguma forma ao Teatro Aveirense. Mas independentemente desse "fait-divers", eu gostaria de referir uma vez mais que nós não temos dúvidas de que a opção de compra do aveirense é a única possível neste momento. Se deve ser feita através da sociedade ou através de edifícios são outras questões que o Sr. Presidente certamente nos esclarecerá a seguir. Mas a compra é uma opção determinante e importante como nós já dissemos e é, em minha opinião, a única neste momento para resolver o problema da ligação do Teatro Aveirense à cidade.*

*Permitam-me já agora, utilizando apenas os meus poucos pergaminhos na área de materiais, descansar os interessados de que teria sido possível caso os senhores arquitectos o tivessem desejado, fazer uma sala correctamente insonorizada no Centro Cultural e de Congressos."*

Presidente da Câmara:

*"Muito obrigado Sr. Presidente. Começando pelo fim, a esse propósito eu subscrevo sem a menor reserva e com algum entusiasmo que a Câmara tome a responsabilidade de promover a história do teatro, com certeza, mesmo que fosse para não ficar na posse da Câmara acho que se justifica inteiramente. E portanto, acho uma excelente sugestão, à qual vamos dar seguimento.*

*Eu congratulo-me com o que ouvi nesta Assembleia e com os diferentes argumentos que foram aduzidos em favor da aquisição e também com as dúvidas que foram suscitadas em relação ao processo de aquisição. E só registei creio que reservas sérias à objecção da parte do Sr. Deputado Nuno Tavares e creio que do Sr. Barbosa. Eu em relação à perspectiva que foi desenvolvida pelo Sr. Deputado Nuno Tavares e queria agradecer as palavras exageradas e generosas com que introduziu. Eu gostava de dizer-lhe o seguinte: a cultura nunca é prioritária e no entanto nós sentimos necessidade dela. O Teatro Nacional D. Maria nunca seria construído enquanto houvessem barracas em Lisboa; as obras de arte nunca nasceriam enquanto os nossos parceiros do lado tivessem fome. Eu penso que a questão não se põe em termos de prioridades, põe-se em termos de oportunidade. E a natureza humana tem esta riqueza e esta complexidade. Como disse bem o Sr. Deputado Henrique Diz, se conseguirmos trazer ao Teatro Aveirense coisas bonitas, vamos se calhar enriquecer aqueles que estão desfavorecidos e dar-lhe condições para serem melhores.*

*Depois um outro tipo de reserva que é, sobre possibilidade de os actuais proprietários doarem ou não. Eu acho que nós não devemos fazer juízos sobre o aveirismo dos outros, temos é que assumir o nosso aqui. E o nosso irá no sentido de comprarmos e aproveitarmos esta oportunidade.*

*E depois, as questões mais técnicas que têm a ver com a operação que está ajuizada: Quanto ao rigor jurídico eu tenho que me penitenciar, acho que há uma gralha de facto, quanto à alínea que foi invocada. Isto foi feito pelos serviços e devia ter sido conferido. Penitencio-me por isso.*

*De resto, quando dizemos a deliberação e a deliberação tem carácter sucinto, como é evidente, é uma decisão política ao nível da Câmara; o rigor jurídico talvez não tenha sido burilado, mas o que se diz é que é já possível adquirir 80% do capital social, o que permitirá entrar na posse do Teatro. Em todo o caso tenho que dar a mão à palmatória.*

*A vocação da Câmara e uma pergunta pertinente - porque é que não compramos o edifício e vamos comprar a sociedade? A resposta é simples. É que o edifício não está à venda, o que está à venda é a sociedade. Eu compreendo que possa haver ( e todos nós não somos inocentes) muitas explicações para isto, mas eu não posso forçar o caminho das coisas. Eu tenho um produto que está no mercado à venda e não tenho outro e até sei (e gostava de alertar para isto porque isso não foi aqui falado) e todos nós sabemos, que se deixamos escapar esta oportunidade pode aparecer uma coisa chamada igreja do 47º dia (espero que não exista para não estar a ofender ninguém) que aparece com quatrocentos mil contos e compra a pronto. E nós deixamos escapar uma oportunidade e por outro lado ficamos, se calhar, pouco satisfeitos com a utilização que será dada àquele teatro. Portanto, eu de facto, admito que aquilo que nos é oferecido, se calhar era mais simples que fosse o edifício, mas não é e tenho que (penso eu) aproveitar a oportunidade que me é dada de vir a controlar o edifício e dar-lhe uso e que toda a gente reconhece que é excelente.*

*Depois o que é que acontece aos 20%, como disse e como sublinhei na comunicação. De facto, neste momento 80% poderão ser adquiridos. O que é que acontece aos outros 20% e que garantias é que eu tenho que o preço acordado possa vir a ser mantido com os restantes 20% ? É uma excelente questão. Das duas uma: ou nós conseguimos de facto, comprar os 100% por este preço e porque é possível reunir os tais 20% que como sabe, como foi noticiado, são situações juridicamente complicadas, algumas sociedades que faliram e que desapareceram, etc. . Há caminhos jurídicos para resolver esta situação. Ou, como sugeriu o Dr. Candal, se*

*vai procedendo a um aumento de capital ou pode-se proceder também a uma amortização de quotas e portanto, no respeito de todas as minorias, acabar por neutralizar essa percentagem de quotas que são quotas mortas, sem titular. Ou se os titulares aparecerem e se não estiverem de acordo com o preço, eu das duas uma: ou chego à conclusão que com 80% consigo controlar a sociedade e não preciso dos restantes 20% e consigo conviver com esses 20% em condições dos interesses municipais que estão devidamente salvaguardados, ou terei que vir a esta Assembleia para adquirir os outros 20% por outro preço que não seja aquele que foi acordado. E penso que dessa forma, todos ficamos sossegados quanto à eventualidade de 20% virem a ficar de fora nesta fase.*

*Depois a questão do protocolo com o Estado e eu gostava que hoje já fosse um dia de festa, infelizmente não da festa toda porque depois desta Assembleia aprovar, ainda temos que fazer a escritura com os vendedores e nessa altura sim, acho que deveremos organizar uma festa para comemorar. Mas, em relação ao protocolo, houve de facto aqui um desfazamento. Não podíamos imaginar que esta Assembleia ia demorar tanto tempo e tínhamos razoavelmente, penso eu, imaginado que quando o Sr. Ministro cá viesse esta Assembleia já nos teria mandatado para adquirir a sociedade e portanto, subscreveríamos o protocolo já noutras circunstâncias. Em todo o caso, foram convidados os líderes dos respectivos grupos para estarem presentes na cerimónia que foi uma cerimónia muito rápida, o protocolo foi lido em voz alta a toda a gente mas, e respondendo directamente ao Sr. Salavessa:*

*Ponto 1 - não há de facto, envolvimento do estado na exploração subsequente e isso ficará a cargo da Câmara Municipal de Aveiro. Devo dizer em todo o caso que, teremos todo o cuidado na exploração e terá que ser feito um programa de gestão e funcionamento, mas desde já só os milhares de contos que nós poupamos por ano com o aluguer do teatro que facultamos a todas as associações, escolas, etc., etc., que nos requisitam aquele espaço e que nós não negamos esse apoio, só aí vamos poupar algum dinheiro e evidentemente vamos dinamizá-lo e não só valorizar os agentes locais de cultura, mas permitir trazer cá bons espectáculos em condições de rentabilidade mínima. Há obrigações bilaterais, são obrigações, eu diria em quem tem boa vontade em resolver este assunto. O estado obriga-nos a manter em actividade regular na área das áreas do espectáculo o Teatro Aveirense e sem prejuízo dos compromissos de programação que tiverem sido assumidos pela gestão do Teatro, a permitir a utilização pelo estado, portanto, sempre que houver espectáculos do estado, com o mero pagamento, ainda por cima pagam-nos as despesas de funcionamento para as actividades apoiadas ou promovidas pelo estado. Portanto, penso que não há nenhuma obrigação. Além disso, se nós conseguíssemos ainda não ter que pagar a totalidade, por exemplo e também gostava que isto ficasse claro, se nós não conseguimos comprar os 100%, só pagaremos os 80% na base da avaliação 330 igual a 100% e portanto, o estado participará na respectiva proporção e não vamos fingir o estado, ficando com o resto. O estado acautelou-se aqui devidamente, também.*

*Finalmente, eu confesso que não percebi a última alusão que fez aos bem-hajas e às manifestações de apoio. A última coisa que eu consigo associar é que de facto tive ali no outro dia uma iniciativa muito engraçada, mas foi absolutamente espontânea, dos alunos de uma escola que me apareceram de bicicleta aqui no átrio e que fizeram uma largada de pombos. Fui completamente alheio, surpreendido, garanto que não encomendei nada.*

*Eu penso que em geral respondi às questões que foram suscitadas, se me tiver passado alguma estarei à disposição e portanto, reafirmava, penso que agora com*

*todos mais informados, a minha proposta de que aprovássemos a aquisição 100% da sociedade. E eu até queria ser mais claro com esta Assembleia. Eu acho que, e o Dr. Candal lembrou, o mandato que é requerido a esta Assembleia é para adquirir os 100%, mas esta Câmara entende que não é prudente adquirir antes de ter a certeza que tem, pelo menos os 75% para que não haja aí qualquer risco de ficarmos reféns de algum associado, enfim, essas coisas mais vale prevenir. E portanto, é com esta especificação que eu faço esta proposta."*

De imediato o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação o Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos - Aquisição do Teatro Aveirense, o qual foi aprovado por maioria de vinte e nove votos a favor (7 PP + 9 PSD + 12 PS + 1 PCP ) e um voto contra (1 PSD).

De seguida apresentaram declarações de voto, os seguintes Vogais:

Vogal Nuno Tavares:

*"Começo por dizer que não me poderia deixar de submeter democraticamente à vontade desta Câmara e porventura se eu fui o único a não me integrar neste espírito colectivo, é possível (embora eu honestamente o não creia) a ser eu a não ter razão. Por outro lado, a posição que (também com toda a honestidade e com toda a frontalidade, como é do meu timbre) assumi, também demonstra que na bancada em que eu me sento há um permanente respeito pelas posições que cada um assume em consciência. E isso para mim, é mais um motivo de satisfação e mais um motivo para eu me sentir bem onde estou. É evidente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a minha posição, antes de mais nada, rigorosamente não teve ( e peço que me façam essa justiça) nada a haver com as pessoas dos proprietários, designadamente de alguns que eu conheço, proprietários ou passados e alguns deixaram legenda em Aveiro, presentes ou futuros, como me parece também que também aqui há colegas nesta sala. Tenho o maior respeito por todos e portanto não é nada disso de que se trata. Era para mim também muito fácil calar os meus sentimentos ou nem sequer cá vir e vindo, ser simpático e alinhar pelo sentimento generalizado desta Câmara. É que para mim é uma coisa diferente. A posição que eu aqui assumi decorre ou constitui uma questão de princípio para mim. Decorre da minha estrutura ideológica e da minha maneira de entender estas questões e que aponta fundamentalmente para a primazia do interesse da comunidade e do interesse colectivo, sobre o interesse de grupo ou interesse restrito e que penso que não é necessário desenvolver isto, que sabem onde eu quero, naturalmente chegar.*

*Penso que, apesar de ser adoptado esta solução, a da aquisição, não ficou demonstrado que não eram possíveis outras soluções, menos onerosas, mais reflectidas, designadamente a oferta ou a venda, torno a insistir, do Teatro Aveirense por um preço simbólico. Essa quase oferta ou a passagem ou a transferência do Teatro Aveirense para a posse do Município através desse processo, daria um aspecto muito mais nobre e muito mais belo a esta passagem do Teatro Aveirense para a comunidade.*

*Diziam-me há pouco o seguinte: se estivesses no lugar dos proprietários também querias tirar, se calhar, o máximo de lucro ou o máximo de proveito possível dessa operação. Se calhar era assim, mas isso não impediria a que alguém estivesse, eventualmente no lugar onde eu estou a dizer precisamente aquilo que eu estou a dizer.*

*Penso que também a Câmara Municipal perde alguma legitimidade quando aqui invocar dificuldades, particularmente no apoio aos mais desprotegidos. Concordo*

*inteiramente com o Sr. Presidente, quando afirmou que a cultura nunca é prioritária. Pois não, a cultura não é prioritária, mas há que analisar e ponderar cada caso concreto, cada situação concreta, com objectivos concretos, condiz com as disponibilidades concretas, com o dinheiro concreto que há que gerir com muita parcimónia porque, pelo que temos ouvido as disponibilidades são exíguas.*

*E finalmente, peço que isto fique muito bem registado: Eu não sou contra a aquisição do Teatro Aveirense, sou contra a possibilidade do Teatro Aveirense ter a melhor utilização possível. Eu apenas manifestei o meu voto contra a forma a que se recorreu e que permite disponibilizar o Teatro Aveirense pela comunidade aveirense. Sou intransigentemente a favor da preservação do Teatro Aveirense, mas através do recurso a outras modalidades que tornassem igualmente viável, mas menos onerosa e que demonstrasse um verdadeiro, por parte daqueles que tinham essa possibilidade, humanismo e uma verdadeira dedicação ao interesse de Aveiro. Assim, também tive as minhas ilações, quando indiscriminadamente da parte destes e daqueles vir e ouvir invocar o seu amor e o seu interesse ao nosso concelho e à nossa cidade, ao nosso passado, ao nosso património natural, à nossa história."*

Vogal Henrique Diz:

*"Serei breve, Sr. Presidente. Em nome dos deputados do Partido Social Democrata que votaram favoravelmente a proposta, gostaria de fazer a seguinte declaração:*

*A bancada do Partido Social Democrata, decidiu votar favoravelmente a proposta de aquisição do capital social da empresa Teatro Aveirense L.da. Ao fazê-lo, reconhece e valoriza a importância do edifício Teatro Aveirense na história e no património cultural da cidade e o efeito que poderá ter no desenvolvimento de actividades da mesma índole no momento em que seja colocado à inteira disposição da sociedade. No entanto, não pode a bancada do PSD deixar de manifestar alguma apreensão pela solução encontrada e aquisição da parte do capital da sociedade e não do edifício, objectivo último da operação aprovada."*

## **PONTO N.º 8 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1997**

Presidente da Câmara:

*"Sr. Presidente, o relatório foi distribuído, eu não sei se querem ter uma apresentação mais desenvolvida. Se for esse o caso, eu iria solicitar ao Sr. Eng.º Canas que desenvolvesse, caso contrário e se quiserem apenas ouvir algumas explicações sobre pontos específicos, ficaríamos à vossa disposição."*

Eng.º António Canas (Director Delegado SMAS):

*"Vou tentar ser muito sintético. Conforme se aperceberam neste relatório, houve a procura de sintetizar o mais possível todas as nossas actividades, praticamente sete capítulos. O primeiro é a introdução; depois vamos entrando em sectores operativos dos serviços, que é o abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos domésticos, parte de transporte urbano; depois entramos na área administrativa e comercial, recursos humanos e situação económica e financeira. Por último, não como elemento nem como nenhum capítulo específico, mas é apresentado o relatório da certificação legal de contas.*

*Quanto ao aspecto da introdução, há uma introdução global em que se refere a dificuldade de enquadrar acções conjuntas com vista a determinados fins, devido à*

*difícil complementariedade das áreas de saneamento básico e do transporte urbano. É de todos sabido que só em Aveiro é que existem Serviços Municipalizados de águas, saneamento e de transporte urbano. Em mais nenhuns Serviços Municipalizados do país acontece esta situação. No entanto foi possível estabelecer um conjunto de objectivos integrados e que fundamentalmente eram relacionados com a utilização das nossas acções com as preocupações da Câmara Municipal de Aveiro, assim como assegurar e melhorar o bom nível de qualidade dos serviços prestados à comunidade, assim como também perseguir a preocupação encetada há vários anos de estabilizar a situação económico-financeira.*

*Outro objectivo que tem sido preocupação fundamental dos Serviços Municipalizados, é a valorização dos trabalhadores. E por último, reforçar a cooperação e participação em acções nacionais e regionais, no âmbito do saneamento básico e transporte urbano.*

*Nesta introdução são desenvolvidas todas as nossas preocupações para atingir esses objectivos, que praticamente foram todos atingidos e se não foi globalmente atingido foi fundamentalmente por aspectos financeiros, dado que o empréstimo que tinha sido autorizado pela Assembleia Municipal, só foi possível atingir no último trimestre do ano. O que quer dizer que algum dos objectivos não foram plenamente atingidos em virtude dessa dificuldade, assim como também, pela não atribuição atempada de subsídios ou investimento por parte da Câmara.*

*Penso que não vale a pena estar a referir pormenorizadamente todos estes objectivos que foram perseguidos, no entanto, é fundamental referir que relativamente ao segundo objectivo, efectivamente conseguiu-se melhorar o nível de qualidade de serviços prestados, através da revelação da qualidade da água, da diminuição de volume de perdas, do aumento de cobertura do concelho com rede de esgotos domésticos e do reforço de eficiência das intervenções no âmbito de saneamento básico.*

*Quanto ao transporte urbano, eram definidos também aspectos sectoriais, fundamentalmente com o rejuvenescimento da frota, a melhoria da acessibilidade dos passageiros ao centro urbano, assim como melhorar a imagem da parte dos transportes públicos municipais. Este objectivo não foi totalmente concretizado, dado que só no final do ano é que foi deliberado a abertura de concurso para aquisição de oito autocarros, quatro mini-autocarros e quatro autocarros de média capacidade. Não foi também suficientemente atingida a melhoria da acessibilidade dos passageiros ao centro urbano, dado que esta depende do estudo de trânsito que este Executivo está a procurar incrementar no sentido de haver uma visão concertada e global, de modo a conseguir-se atingir a preocupação do “park and ride” de modo que cada vez haja menos carros a chegar ao centro da cidade e haja melhor mobilidade do transporte público.*

*Relativamente à situação económico-financeira, houve no ano de 1997 resultado negativo de quarenta mil contos, sensivelmente, fundamentalmente devido ao serviço social que nós prestamos e pela não atribuição atempada também de subsídio à exploração para cobrir esse défice relacionado com o custo social. O reforço da cooperação e participação em associações nacionais regionais tem sido fortemente incrementado. Eu realço aqui de facto, todo o desenvolvimento que tem havido com as associações dos municípios do Carvoeiro e da ria e também com a recém constituída SIMRIA. Para além disso, os Serviços Municipalizados também pertencem a determinados órgãos de outras entidades nacionais, refiro aqui o Centro dos Serviços de Ambiente da Região Centro, assim como também a própria Associação Portuguesa de Distribuidores de Água, dado que entregamos a comissão*

*de cadastro e de base de dados dessa associação. Fundamentalmente, também em termos de objectivos e de conclusão nesta parte da introdução, referir que os Serviços Municipalizados apresentam presentemente condições técnicas e humanas para poder prestar um serviço de qualidade aos munícipes de Aveiro. Posteriormente, há um agradecimento a todo o apoio dado não só pela Câmara Municipal de Aveiro, como também à Assembleia Municipal, dado aos seus reparos e críticas construtivas que muitas vezes formulam relativamente aos projectos que nós apresentamos e que por vós apresentamos à mesma através da Câmara Municipal.*

*Entrando propriamente nas áreas operacionais. Relativamente ao abastecimento de água, temos sabido que continuamos a progredir metodicamente, não só através do reforço da capacidade de captação, (aí temos que referir a plena utilização já do sistema regional do Carvoeiro) assim como também pela contínua evolução positiva na execução dos ramais, na ampliação anual do sistema (foi ampliado o sistema de distribuição praticamente em doze quilómetros durante o ano de 1997), assim como foram também efectuados dois mil seiscentos e setenta e cinco novos contratos de fornecimento de água e que em 31 de Dezembro aproximamos de vinte e seis mil consumidores. A evolução também tem sido permanente e o crescimento foi de 4,7% em 1997, conforme é referido na página 17. Também um aspecto importante a referir é que o número de rupturas foi substancialmente diminuída, não só devido à remodelação da rede de distribuição de água, mas também ao abrandamento dos trabalhos relativos à instalação da rede de gás natural, que efectivamente, durante o ano de 1995/96 provocaram largas centenas de rupturas. Foi preocupação e continua a ser, o tratamento de controle de qualidade de água. As folhas 19, 20 e 21 demonstram perfeitamente que a qualidade de água no sistema de distribuição em Aveiro é excepcional comparado com a realidade nacional. Poderão ver que relativamente aos parâmetros organoléctricos apenas atinge 0,006%, assim como praticamente os outros parâmetros. É uma situação extremamente invejável. A percentagem de violações ao valor máximo admissível desce anualmente, atingindo em 1997 em termos de qualidade microbiológica 0,003%. Há depois uma referência especial aos investimentos que foram feitos relativamente à remodelação e renovação de rede, assim como um aspecto para nós de especial importância que é o sistema de telegestão. Foi já deliberado no corrente ano, em Fevereiro, a adjudicação da primeira fase do projecto de telegestão relativo às freguesias de Nariz e S. Jacinto. Isto porque são as freguesias mais afastadas, em que temos mais dificuldade de mobilidade e em virtude dos investimentos fortes este projecto de telegestão globalmente vai atingir praticamente trezentos e cinquenta mil contos e a adjudicação pelo Conselho de Administração da primeira fase atinge os setenta mil contos, estando previsto pelo Tribunal de Contas já o contrato.*

*Relativamente a outra parte operacional, que é drenagem e tratamento de esgotos domésticos, continuamos também sistematicamente a evoluir no sentido de melhorar não só a recolha como o tratamento, sendo recolhidos e tratados presentemente 75% dos esgotos produzidos na área do concelho. Há várias folhas com determinados gráficos que documentam efectivamente toda esta evolução. Poderei referir que o número de quilómetros atinge praticamente a dezena, relativamente ao ano de 1997, o que é uma situação também bastante invejável. Foi a melhor nos últimos dez anos. E o controle analítico de águas residuais também tem sido permanente, tanto em águas residuais como as águas para consumo humano, ultrapassamos em muito aquilo que é exigido pela legislação. Não só pelos próprios meios disponíveis que temos, como também em virtude de entregarmos parte destas análises a uma empresa privada, assim como também no âmbito do acordo com o Sistema Regional do*

*Carvoeiro à própria empresa que está a gerir presentemente as águas do Carvoeiro. É referido também uma parte relativamente aos investimentos, referindo que houve importantes adjudicações na parte final de 1997 sobre a instalação da rede em S. Bernardo, Oliveirinha e Quinta do Loureiro que só foi possível adjudicar quando houve a certeza absoluta de que havia disponibilidades financeiras para tal.*

*Relativamente à parte do transporte urbano, finalmente foi possível concentrar no mesmo espaço todas as áreas adstritas ao transporte urbano, nas instalações junto ao Centro Coordenador de Transportes. Neste momento está a funcionar totalmente nessas instalações, toda a parte da oficina auto, plataforma de estacionamento e Centro Coordenador de Transportes, em termos de transporte urbano municipal.*

*É referido também, relativamente ao aumento de passageiros: Houve um aumento de passageiros em 1997. Não é um número muito significativo de 1,09%, contrariando a tendência nacional. Contrariamente ao que tem acontecido em outras cidades com transportes urbanos municipais e contrariando aquilo que tinha acontecido no ano anterior em que tinha havido uma diminuição quase de 7%.*

*Existe depois também um conjunto de páginas relacionadas com vários indicadores, não só de ocupação como produtividade, assim como relacionado também com efectivo e idade da frota; assim como também um aspecto relacionado com acidentes que aconteceram durante o ano de 1997 em que também há aqui um aspecto bastante positivo que praticamente houve menos 26% do que em 1996.*

*Relativamente à área administrativa e comercial está descrito todo o esforço que tem sido feito num sentido de conseguirmos atingir a plena eficácia em termos de contabilidade analítica. Como a forma é de conhecimento, é obrigatório por lei neste momento nos Serviços Municipalizados (ainda não é nas Câmaras) que seja implementada a contabilidade analítica. Tem sido feito um esforço e pelo menos já é referido Aveiro como um exemplo a seguir em termos nacionais.*

*Relativamente aos recursos humanos. Uma das vantagens dos Serviços Municipalizados é ter pouca gente para as inúmeras acções e tarefas que são da sua responsabilidade. Poderão constatar: em 31 de Dezembro éramos duzentos e noventa e nove para sermos responsáveis por todo o sector: água, saneamento e transporte urbano municipal e que também, porque tudo é possível em virtude do esforço de todos os trabalhadores, assim como da média etária, que é invejável, já que atinge os quarenta anos, o que permite efectivamente, um esforço e qualidade de trabalho que eu, como dirigente daquela casa máxima, me apraz registar.*

*Tem referido depois determinados aspectos sobre a estrutura educacional, sobre o momento de entradas e saídas, assim como promoções e progressões que foram possíveis em virtude da aprovação da nova reestruturação dos Serviços Municipalizados que entrou em vigor em 04 de Janeiro de 1997. Sem dúvida que é um incentivo para que se trabalhe cada vez mais e melhor naquela casa. Também um aspecto que nos preocupa e temos perseguido é relacionado com higiene, segurança e saúde e apoio social. Temos estado permanentemente a tentar melhorar todos estes aspectos e neste momento estamos também a evoluir no sentido de serem todos os edifícios, em todas as instalações, percorridos e assumidos todos os aspectos relacionados com a melhor defesa da saúde e bem estar dos trabalhadores. Um aspecto fundamental e que temos perseguido e que continuará a ser perseguido cada vez mais, tem a ver com a formação profissional. A referir que, os trabalhadores participaram em quarenta e três acções de formação externa e seis acções internas, o que dá um número invejável de participações em termos de acção de formação profissional.*

*A situação económica e financeira. Conforme eu tinha referido, houve efectivamente um défice de quarenta mil contos, que (da página 65 até ao final do relatório) tem a ver com o serviço social que nós prestamos, com incidência especial no transporte urbano, mas também na parte dos esgotos residuais domésticos, dado que o tipo de ocupação do concelho faz com que hajam avultados investimentos em termos de ampliação da rede colectora de saneamento com um pequeno acréscimo do número de utentes. Também é apresentado na parte final, toda a parte referente ao cumprimento do PPI, terminando o documento com o relatório diferencial legal de contas em que refere vários aspectos relacionados com a actividade dos serviços, assim como que referindo a boa organização, que as contas estão organizadas com a legislação em vigor e de que há dois ou três pequenos problemas relacionados fundamentalmente com a não atribuição dos subsídios de investimento, assim como de subsídios de exploração.*

*Penso que de uma maneira muito prática e sintética, percorri o relatório dos Serviços Municipalizados."*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais: Raúl Ventura Martins e Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Vogal António Salavessa:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que (às vezes eu posso eventualmente num momento ou outro cair no mesmo erro), subavaliar a importância que têm as contas e os relatórios dos Serviços Municipalizados na vida do Município, mas de facto, há diversas áreas em que estes serviços mexem muito mais com o dia a dia dos municípios do que às vezes a própria Câmara Municipal. Se pensarmos de facto, nos transportes públicos, no saneamento, no abastecimento de água, etc., vemos que é o dia a dia da população. Por isso, é bom que nos tenhamos um pouco em torno de algumas considerações do relatório e que procuramos tirar algumas conclusões. Eu começava, antes do mais se me fosse permitido, que além daquilo que está no relatório me fosse esclarecido o seguinte, só para poder prosseguir na intervenção, que é: quem recebe a renda do sistema do Carvoeiro? É a Câmara ou os Serviços?"*

Presidente da Câmara:

*" A dúvida tem razão de ser. Quem recebe a renda é a Câmara, o que é que acontece é que como o Sr. Salavessa detectou e daí a pergunta, é que parte da verba não foi transferida para os Serviços Municipalizados."*

Vogal António Salavessa:

*" É que a questão é uma questão central. Nós temos uns Serviços Municipalizados que nos apresentam um resultado negativo de exploração de quarenta e tal mil contos, mas se formos ver bem as coisas e nomeadamente o relatório dos especialistas que avalizaram estas contas, chegamos à conclusão estranha que é que, os Serviços Municipalizados pese o seu papel social determinante, têm uma relação com a Câmara em que a Câmara é devedora dos Serviços Municipalizados. Porque há despesas de investimento que são feitas pelos serviços e que para os quais há participações de fundos comunitários, nomeadamente o PROCENTRO, que ficam na Câmara, há renda que vem, não da associação do Carvoeiro, mas da Luságua que entra nos cofres da Câmara enquanto que as despesas da compra da água entram nos Serviços Municipalizados. Há todo um conjunto de circunstâncias que nos levam a concluir que há resultados positivos de exploração, se todas estas anomalias fossem*

*devidamente corrigidas. Daí que penso que é possível ir mais longe no aspecto social dos Serviços Municipalizados, nomeadamente, o desafio que está em cima da mesa em relação às taxas de ligação do saneamento. É possível dar-lhes resposta, tendo em conta que quanto mais municípios estiverem ligados, mais a Câmara cobra por taxa de exploração e que não devemos chorar muito acerca dos serviços; devemos efectivamente, ver, pôr o dedo na ferida, que é a situação financeira da Câmara, que não cumpre uma obrigação de suporte aos Serviços Municipalizados que deveria existir. Penso que esse é o aspecto mais significativo que se extrai deste relatório. Espero que esta Câmara tire daí as devidas conclusões para a actuação futura. E aproveitava também para dizer que, no que diz respeito à água e à concessão da água, continuo a ter sérias dúvidas sobre os termos em que a associação dos municípios concedeu a concessão ao consórcio Luságua, porque nós já temos este ano uma factura, segundo as minhas contas se o metro cúbico é pago a quarenta e dois escudos e quarenta e dois centavos, de cerca de sessenta mil contos e se for para o dobro são cento e vinte mil contos. Eu não sei bem se valeu a pena a concessão nestes termos."*

Vogal Rogério Madaíl:

*" Eu ao analisar este relatório, não posso deixar de congratular-me pela forma como ele está feito. Realmente há aqui um cuidado muito grande na forma como os dados são recolhidos, tratados, exhaustivamente apresentados, que me parece que pode ser um exemplo para a Câmara e que esperemos que na próxima vez a gente possa ter aqui um relatório à Serviços Municipalizados, porque acho que isto esclarece-me perfeitamente. E temos que realmente felicitar todos quantos trabalham nos Serviços Municipalizados por este bom trabalho apresentado.*

*Um outro assunto que também já foi aqui abordado pelo colega, é o problema das transferências. Realmente os revisores afirmam que a Câmara Municipal não tem cumprido com as disposições constantes do orçamento aprovado em Assembleia Municipal. Por isso, permita-me estar a transcrever porque parece-me que é importante. Quanto ao financiamento dos Serviços Municipalizados, de facto tem contribuído para alguma degradação da estrutura financeira desta entidade. Eu penso que os serviços ainda podem fazer muito mais se a Câmara cumprir a sua parte."*

Vogal António Salavessa:

*" Eu pedi para acrescentar só duas coisas. De facto é um absurdo completo que os serviços paguem transportes escolares, portanto, seja no caixa dos serviços que incidam os transportes escolares. Eu admito que pontualmente, para resolver um problema qualquer que as coisas possam assim acontecer, mas a Câmara tem que de facto, de resolver o assunto. Mas há um aspecto que não sei se o Sr. Director Delegado, o Sr. Administrador, ou se alguém desta Assembleia me pode esclarecer, que é o seguinte: as amortizações efectivamente efectuadas durante o ano, são trinta e tal mil contos superiores às amortizações previstas. Eu parece-me que esta rubrica de amortizações é uma rubrica que tem alguma dose de previsibilidade. Porquê uma diferença tão grande entre as amortizações que foram previstas no início do ano e aquelas que efectivamente aconteceram? Para mim é um bocado difícil perceber."*

Vogal Raúl Martins:

*" Muito obrigado Sr. Presidente. Também queria fazer algumas considerações sobre estas contas do relatório de gestão e contas de 1997 dos Serviços Municipalizados.*

*Primeiro lugar, para registar com agrado que efectivamente começam a ser efectivamente uns documentos de gestão legítimos. E se nós nos lembrarmos do que eram aqui há quatro anos, enfim, vemos o caminho todo que foi corrido, que foi transposto até chegar a este nível. Ainda não estão bons ou totalmente bons e esperemos que esta gestão lhe traga algumas melhorias. É possível ainda melhorar o documento, porque o documento ainda não é um documento perfeito.*

*Quanto à gestão propriamente dita que se pode inferir, eu chamava uma particular atenção ao nível de absentismo que existe nos serviços e que efectivamente aumentou no ano de 1997. Há dias vi um programa interessantíssimo na BBC WORLD em que dizia que um dos problemas neste momento da Suíça relativamente à Alemanha ( e a Suíça apresenta o quarto ano consecutivo um crescimento negativo da sua economia), reside no facto da taxa de absentismo na Suíça ser 30% superior à taxa de absentismo na Alemanha. E num país que vai deixar de ter como suporte da sua economia, determinados mecanismos que até agora teve de ajuste cambial, inclusivamente de ajuste fiscal, que cada vez vai ser mais normalizado. É importante que os Serviços Municipalizados cuidem profundamente destas taxas de absentismo, no sentido de minoraram para poderem ser mais agressivos.*

*Um outro problema que se levanta pela leitura deste relatório de gestão, são efectivamente as reservas que são postas na certificação de contas. Acontece que, como sempre nestes últimos quatro anos aconteceu e já vinha de trás, os Serviços Municipalizados são o elo fraco da distribuição das verbas municipais, isto é, não havia dinheiro, não se faziam as transferências para os Serviços Municipalizados, com todas as consequências negativas que isso traz. Espero que este ano, com uma gestão eficiente dos dinheiros municipais feitos pela Câmara, se consiga diminuir essa pecha e transferir efectivamente dinheiro para os Serviços Municipalizados, que estão aí duas verbas. Não foram só os dinheiros referentes a despesas de capital, portanto, transferências de capital, foram também nomeadamente dos subsídios e dos apoios comunitários recebidos que a Câmara empoçou mas não transferiu, mas são inclusivamente dezanove mil e tal contos de despesas de transportes escolares que a Câmara inclusivamente não transferiu. É muito difícil gerir uma casa assim, é fundamental que aquela casa preste bons serviços, para isso é preciso ter bons equipamentos para que o nosso querido Presidente da Assembleia possa ter um chuveiro com força suficiente para que o banho matinal seja um banho revigorante e não seja estar lá o chuveiro a cair umas pinguitas por cima da careca que são sempre muito desagradáveis.*

*Quanto às amortizações, a explicação é simples, eu podia dá-la, mas certamente que o Sr. Administrador Delegado a dará com mais eficiência."*

Entretanto saíram da sala os Vogais: Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Pires da Rosa e Manuel Simões Madaíl.

Vogal Diogo Soares Machado:

*" Fazendo esta intervenção em nome da bancada que integro, a bancada do Partido Popular, eu gostaria de salientar três pontos rápidos:*

*Primeiro, a qualidade gráfica do documento em questão, novamente excelente como já foi timbre em anteriores mandatos, nomeadamente, no anterior mandato. Qualidade gráfica essa que possibilita uma fácil leitura, um fácil acesso à informação e por isso um fácil esclarecimento.*

*Em segundo lugar, destacar e congratular-me também mais uma vez, pela preocupação, pelo rigor, pela consistência a postos na actuação da equipa dirigente e dos Serviços Municipalizados.*

*Congratular-me também, por último, por aquilo que me parece ser numa análise de leigo, uma bastante satisfatória performance realizada no período a que concerne este documento. E portanto, conseqüentemente tenho que me regozijar em nome da bancada do Partido Popular pela reiterada confiança que a equipa dirigente dos Serviços Municipalizados de Aveiro mereceu por parte do novo Executivo. Penso que é uma questão de justiça. Demonstra claramente uma inteligência perspicaz por parte de quem escolheu e por parte de quem reitera e reiterou essa confiança ou essa escolha numa equipa, sim senhor, com já cabais provas dadas na condução de serviços de tão vital importância para o nosso Concelho.*

*Ao novo Executivo, muito obrigado por essa confiança reiterada, é a posição da bancada do Partido Popular. Demonstra no entanto, cabalmente também, algumas das escolhas acertadas que anteriores Executivos, nomeadamente o Partido Popular, efectuaram em anteriores mandatos em que tiveram a responsabilidade de presidir aos destinos desta autarquia. Se por um lado se demonstra neste documento que essa confiança reiterada é perfeitamente justificada, por outro lado demonstra-se não menos cabalmente neste documento que esta confiança agora reiterada demonstra uma escolha acertada na equipa e nas pessoas.*

*Uma palavra final para a equipa, não poderia deixar de ser, chefiada com brilhantismo pelo Sr. Eng<sup>o</sup> António Canas, que a qualidade do vosso trabalho e o empenho nele depositado, como cabalmente demonstrou a exposição com que aqui nos brindou acerca deste documento e estou certo, os esclarecimentos que efectuará em seguida. Esse empenho e essa qualidade não esmoreçam e evoluam sempre e sempre, é o desejo da bancada do Partido Popular.*

*Terminava apenas com uma sugestão singela: que este modelo de documento se transforme num exemplo de documento para aqueles documentos que a Câmara Municipal futuramente aqui apresentar, porque Sr. Presidente, Srs. Deputados, com rigor, consistência, abrangência e transparência, o trabalho é muito mais fácil para todos nós."*

**Vogal Henrique Diz:**

*" Eu gostava apenas, Sr. Presidente, se me permitisse, de transformar o desejo que o Deputado Raúl Martins manifestou de que as transferências da Câmara para os Serviços Municipalizados sejam feitas atempadamente numa recomendação ao Sr. Presidente da Câmara."*

**Presidente da Câmara:**

*" A Câmara já tinha tido a oportunidade de felicitar os Serviços Municipalizados pelo excelente relatório produzido e eu gostava de o repetir aqui publicamente: Eles têm uma vantagem em relação a nós, Câmara, que nós não temos. Eles já têm contabilidade analítica e já tinham uma fotocopiadora a cores que nós não tínhamos, além de um trabalho desenvolvido de formação há alguns anos antes, que permite apresentar as coisas desta forma e portanto, a impressão que foi aqui colhida de toda à gente é justa e vai aqui servir de exemplo para a Câmara. Estamos de facto, atrasados e longe destes níveis de performance.*

*Depois, em relação às transferências e às dívidas que a Câmara tem para os serviços, eu não tenho que senão confirmar que isso é um facto, foram práticas instituídas na anterior gerência e que infelizmente esta nova gerência não teve a oportunidade de*

*inverter, esperamos que com o empréstimo que ontem foi aprovado isso possa vir a ser feito porque com efeito, as contas dos serviços e as melhorias na gestão apontam para uma solução que é muito razoável para um serviço público e que dão força às pretensões de podermos exercer uma maior força social naqueles casos em que isso tal se justifica. E tivemos recentemente aqui manifestações de uma pressão nesse sentido, que estamos a analisar.*

*O absentismo. A explicação que se encontra para esse facto, Sr. Deputado Raúl Martins, é que os nossos funcionários dos Serviços Municipalizados este ano tiveram muitos acidentes entre a casa e o trabalho. A verdade é que a explicação aparente que as estatísticas demonstram é essa.*

*E finalmente, em relação às amortizações, é capaz de ter havido algum defeito na previsão que foi feita. Não sei se o Sr. Engenheiro quer ser mais explícito a este respeito."*

Vogal Diogo Soares Machado:

*"É só para fazer aqui uma pequena questão. Disse aqui que a actual Câmara não pôde inverter a situação aqui citada por um orador que me antecedeu, de que não havia dinheiro, não havia transferências. Eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, porque é que a Câmara actual não pôde inverter essa situação? Será que foi por não haver dinheiro?"*

Presidente da Câmara:

*" Foi mesmo por não haver dinheiro, porque o montante das dívidas aos Serviços Municipalizados já é um montante importante. A explicação é esta, isto é, numa gestão daquilo que devemos, como aqui foi dito de facto, os Serviços Municipalizados são o nosso credor fraco, apesar do Eng.º Canas ser muito forte nas suas insistências para que paguemos, mas dadas as relações institucionais que existem são o nosso credor fraco e portanto, preferimos na gestão dos recursos escassos que temos tido nestes três meses ir pagando outras coisas. A partir do momento em que possamos ter uma verba líquida de outra quantidade, evidentemente vamos pagar e vamos passar a regularizar a situação, que existe aliás também com a Associação de Municípios do Carvoeiro que também estamos a dever."*

Eng.º António Canas:

*" Quanto às amortizações, tenho que reiterar as palavras do Sr. Presidente da Câmara. Efectivamente houve um erro nas previsões. Para além desse aspecto, também houve uma preocupação que tem sido perseguida nos últimos dois anos, de fazer o levantamento exaustivo de todo o imobilizado em todo o património dos Serviços Municipalizados, rigoroso e que estamos neste momento praticamente a atingir e que a vamos atingir este ano. O que não é fácil, porque como vêem é um mundo de equipamentos, é um mundo de infra-estruturas, mas que pelo menos saberemos quanto é que vamos valer no final deste ano. Pelo menos tudo aponta para isso."*

De imediato o Sr. Presidente submeteu à votação o Ponto n.º 8 - Serviços Municipalizados - Relatório de Gestão e Contas de 1997, o qual foi aprovado por unanimidade ( 7 PP + 10 PSD + 10 PS + 1 PCP ).

## **PONTO N.º 9 - EDIFÍCIOS SEDE DAS JUNTAS DE FREGUESIA - DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DE FINANCIAMENTO**

Presidente da Mesa:

*"Isto tem urgência porque tem que ser remetido até 15 de Maio. Chamo a vossa atenção para isso. De qualquer maneira, esta Assembleia vai ter que se pronunciar, tanto quanto me parece, em dois momentos e duas perspectivas em relação a seis freguesias que estão denominadas: Eixo, Esgueira, Nariz, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo, S. Jacinto. A Assembleia terá que se pronunciar quanto à necessidade de financiamento pelo Estado, terá que se pronunciar sim ou não e depois, para aquelas Freguesias que merecerem sim, como é evidente só para essas, terá que se pronunciar em termos de prioridade. A Câmara não tem nada a ver com isto tanto quanto percebo. Não sei se a Câmara quer dar alguma sugestão, se calhar não quer porque isto é polémico. Vou ouvir quem se quiser pronunciar sobre isso. Estive a pensar se não seria interessante fazer um "petit comité" de Presidentes destas Juntas para ou se entenderem ou se esfolarem."*

Vogal João Barbosa:

*" Sr. Presidente, eu realmente queria dizer algumas coisas sobre isto. É que realmente o Governo solicita que a Assembleia estabeleça as prioridades de financiamento, mas V. Exa. já adiantou alguma coisa. É que realmente eu acho que devem ser os Presidentes de Junta a reunirem-se entre si para por sua vez escolherem as prioridades. De qualquer maneira, pedia ao Sr. Presidente da Assembleia para suspender por dez minutos a Assembleia, para os Presidentes de Junta entre si escolherem quais são as prioridades."*

Vogal Diogo Soares Machado:

*" É uma interpelação à Mesa que encerra, como está regimentalmente previsto, um pedido de esclarecimento. Era só para que pudéssemos nós, não Presidentes de Junta, nomeadamente da bancada do PP, avaliar com exactidão este ponto, se durante o tempo em que os trabalhos estão interrompidos, não seria possível à Mesa com o auxílio da Câmara Municipal, divulgar aos Srs. Deputados Municipais os orçamentos anuais de cada uma destas Juntas de Freguesias. Se for possível a Mesa interceder junto da Câmara Municipal para saber se têm esses elementos que nós consideramos importantes."*

Presidente da Mesa:

*" Eu compreendo que a Assembleia tenha interesse e o direito de ter isso, mas neste momento não sei se tenho grande presença, porque isto é um problema de dinheiro do Estado, directo, com um pressuposto esquisito. É que tenham que não dispôr de sede condigna. Não sei bem o que isso é, porque o ser condigno é tudo relativo."*

Vogal João Barbosa:

*" Só para dar um esclarecimento ali ao meu amigo Diogo Machado. Eu vou dar um esclarecimento, as pessoas não são obrigadas a saber tudo. É que dos orçamentos das Juntas de Freguesias não é dado conhecimento à Câmara. As pessoas juntas fazem, aprovam nas Assembleias de Freguesia e a Câmara não tem conhecimento."*

Vogal Diniz Marques:

*" Sr. Presidente muito obrigado. Dado que é a primeira vez que estou a usar da palavra nesta Assembleia, eu quero em primeiro lugar cumprimentar os Srs."*

*Presidentes, os Srs. Vereadores e os Srs. Membros desta Assembleia, a quem desejo as maiores felicidades.*

*Quando tive conhecimento deste programa de sedes de Juntas de Freguesia, mandei um ofício ao Sr. Presidente da Câmara, no qual eu pedia licença para ler passando apenas do discurso singular para o plural. Portanto, se me é permitido, eu acho que a leitura deste ofício tem assento nesta assembleia. E então se me permitem, começava por ler - o ofício foi feito no dia 16 de Abril de 1998:*

*" Causou ao signatário e a esta Junta de Freguesia consternação, o facto de não ver incluída esta Junta de Freguesia no plano de financiamento para os edifícios sedes de Junta de Freguesia para o mandato de 1998-2001 e ver nesse plano freguesias já com a sede própria e um ou outro caso com sede há poucos anos inauguradas.*

*Como V. Ex.a(s) já se devem ter apercebido a Freguesia de Eirol não possui sede de Junta. Eirol possui um edifício denominado Centro Social, um dos primeiros a ser construído no nosso concelho pela Câmara Municipal com deficiências muito em especial na sua área que não foram motivadas por falta de espaço, no qual funcionam também em áreas reduzidas: Posto médico com duas salas, uma sala para a Mocidade Desportiva Eirolense, uma pequena biblioteca, um café, um salão para teatro que não pode ter outro fim dado que o seu piso é inclinado, uma pequena sala onde funciona a secretaria da Junta e outra para reuniões da Junta. Por estranho que pareça, nunca nesta Freguesia se realizou uma sessão pública da Assembleia de Freguesia por falta de uma sala com condições para o efeito. Estas sessões são realizadas na sala de reuniões da Junta, com cerca de 15 metros quadrados. A Assembleia de Freguesia é constituída por sete elementos com mais três da Junta. V. Ex.a(s) podem verificar qual o espaço disponível para o público.*

*Centros Sociais construídos depois deste têm já outras condições que lhe permitem realizar festas, convívios, jantares, para o qual dispõem até de cozinha porque nós não temos. Carecemos de uma ampliação para não se falar de sede própria a curto prazo, de forma a que este centro fique com mais salas, uma delas para sessões da Assembleia de Freguesia, outras para convívios, duas ou três para instalação de bilhares, damas, dominó, ténis de mesa, etc., de forma a que se evite que a juventude e não só, procure outras localidades cujas deslocações têm dado origem a acidentes de viação, a alguns dos quais com certa gravidade.*

*Em face do exposto, rogo a V. Ex.a(s) encarecidamente, que faça constar do referido plano a ampliação do Centro Social de Eirol, onde funciona a Junta de Freguesia de forma a satisfazer as necessidades administrativas sociais e culturais."*

*Eu falei agora aqui num acidente e tenho a lamentar a morte de um jovem com vinte anos que quando saía de Eirol para ir com certeza passar um bocado da noite a outro local, teve morte instantânea num acidente de viação.*

*Fala-se e bem nesta Assembleia, do apoio à juventude, e Eirol lamenta que nesta data não o possa fazer por essa falta de apoio. Tive a grata gentileza da visita do Sr. Vereador Jaime Borges e de facto, ele pode constatar aqui, que Eirol tem necessidade de uma ampliação do Centro Social, já que falar numa sede própria não temos assim terreno disponível, mas temos terreno disponível para a ampliação."*

**Vogal Joaquim Abreu:**

*" Sr. Presidente, muito obrigado. Eu fico um bocado duvidoso porque Eixo já se começou a movimentar há várias anos para ter uma sede de junta condigna. Foi definido entre a Câmara anterior e a Junta de Freguesia, que o edifício mais próprio para ser sede da administração da freguesia seria o edifício histórico, os antigos paços de concelho da Vila de Eixo. E assim, a Câmara anterior o ano passado abriu*

*concurso e gastou na primeira fase onze mil contos. Agora falta a segunda fase e a última. Não sei porque é que estou aqui incluído se a minha sede que é a sede da Junta, Assembleia e o museu etnográfico na parte superior. Por conseguinte, não sei porque é que eu estou aqui incluído nesta lista. A nossa sede já está em curso. Agora pedia um esclarecimento."*

Presidente da Mesa:

*" Tem pertinência a indagação. Até porque este programa é para freguesias que não disponham de sede condigna, o que é um pouco relativo. Quem tem uma sede em construção ainda, em boa verdade, não dispõe de uma sede condigna. Talvez possam vir daí uns dinheiros para a Câmara, para a Junta, não sei exactamente."*

Presidente da Câmara:

*"A explicação que eu vejo é que essa listagem provavelmente foi elaborada tendo em conta as juntas que ainda não receberam participação do estado para esse efeito. Ou seja, pode haver juntas que já têm as sedes em boas condições, porque a Câmara foi fazendo, porque a junta foi fazendo, porque recorreram a outras vias e, apesar disso constam dessa lista que o Ministério lá tinha, como nunca tendo beneficiado e portanto, aí estará a explicação. É a interpretação que eu arrisco. Eu acho que o ideal era de facto as juntas envolvidas reunirem entre si, chegarem à conclusão de quem é que precisa mais de sedes de junta ou não, porque nós sabemos que há umas que de facto já têm uma junta em condições a funcionar e simplificava-se o problema, penso eu. Mas é uma sugestão que deixo aos Srs. Presidentes de Junta."*

Vogal Joaquim Abreu:

*" Sr. Presidente é que eu entendo que a discussão deste assunto para definir e decidir agora, acho que não está certo. Até porque entre todos estarmos a definir; eu sei lá se eu tenho mais necessidade do que os outros. Isso atira-nos para uma confusão assim um bocado desnecessária. O meu caso é particular; a sede está em construção. Já sabemos que o projecto já está feito para a segunda fase, é só abrir concurso."*

Vogal António Salavessa:

*" Eu acho que o ofício é explícito. De facto, trata-se de esta Assembleia definir prioridades para as freguesias que ainda não foram contempladas pelo orçamento do estado. Pode ter a melhor sede do mundo, mas como não foi participada ainda pelo orçamento de estado, não foi dada baixa. Por isso é que está, como diz o Filipe Brandão a pergunta, se precisa ou se não precisa. Portanto, essa é a primeira fase: Quem é que precisa, quem é que não precisa? E penso que hoje todos estamos praticamente em condições de saber dar essa resposta e digo pelo conhecimento que tenho deste assunto, este programa tem permitido as coisas mais estranhas. Por exemplo, eu não me admira nada que Eirol que tem um Centro Social e que não está nesta lista, tenha sido utilizado pela Câmara anterior algumas verbas do orçamento de estado para a construção do centro social, porque senão não faz sentido que não esteja incluído da Câmara anterior; há anos. Porque a Câmara anterior várias vezes utilizou este fundo para construir centros sociais que eram cumulativamente sedes das juntas de freguesia. Outras coisas estranhas: eu tenho por exemplo conhecimento de verbas utilizadas com este fim, em juntas que não se gastou um tostão. Mas isso é*

*outra história que não vem para aqui. Portanto, eu acho que devíamos arrumar esta questão. O método parece-me normal, ou os presidentes de junta ou com os representantes das bancadas, como entender, e resolver hoje. Eu acho que não se devia excluir a hipótese de quem tem uma sede em construção, poder ser considerado nesta proposta. Portanto, o Sr. Abreu está a colocar o problema de Eixo, que em minha opinião prévia, pelo peso demográfico e pelo conhecimento que tenho que Esgueira não precisa, que S. Jacinto não precisa, que Nariz, segundo conversa que tive com o Sr. Arede, também não precisa. Portanto, são logo três excluídas à partida. Não sei bem qual é a situação de Nossa Senhora de Fátima, mas penso que é necessário e Eixo no que está na lista aí pode, nesta base podemos dar resposta, independentemente de poder ir um apontamento acerca da situação de Eirol que devia ser indagada pela Câmara para saber se houve ou não anteriormente a inclusão. Não haja aqui uma omissão dos serviços do Ministério da Administração Interna que não tenham considerado a situação de Eirol e eventualmente nunca tenha sido recebido qualquer financiamento. Mas eu estou de acordo de que se devia interromper os trabalhos para que os Presidentes de Junta entre si, e é óbvio que se S. Jacinto não está presente é porque não precisa mesmo senão estava cá, podem trazer uma proposta a esta Assembleia que é quem tem que deliberar."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Fernando Leitão:

*"Eu sou contra a exclusão de Esgueira e agradecia então ao colega que quando passasse frente à sede da Junta de Freguesia de Esgueira, reparasse na situação em que se encontra a sua fachada e as suas traseiras. E lembro que em 1996 o Executivo anterior camarário aprovou uma verba para a sua pintura. Estamos em 1998. Por isso, sou contra a retirada de Esgueira deste lado. Se a Câmara aceitar arcar com a responsabilidade da pintura, eu então aceito que seja retirado de Esgueira. Mas mesmo assim, se quiserem incluir Esgueira, não me importo de ficar em último lugar."*

Vogal Diniz Marques:

*"O Centro Social de Eirol já foi construído há mais de vinte anos. Nessa altura não havia participações do Estado para juntas de Freguesia. Portanto, eu acho que isto é um lapso dos serviços do Ministério de não terem incluído o nome de Eirol. E há aqui freguesias que têm sedes de Juntas, quase todas elas têm, se não me engano; não sei se Nossa Senhora de Fátima tem. Mas há aqui freguesias que não precisam e que podia ser incluída a de Eirol. Temos necessidade imensa da sede ou da ampliação."*

Vogal Fernando Vieira Ferreira:

*"Sr. Presidente, Nossa Senhora de Fátima tem uma sede que foi feita um bocadinho à pressa e portanto, as salas não estão dimensionadas para receber as reuniões. Além disso, na sede funciona catequese para as crianças e portanto, nós precisamos de ampliar a sede da junta."*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Pires da Rosa.

Vogal Joaquim Abreu:

*" Eu queria acrescentar àquilo que já disse, o seguinte: Eixo não tem sede de junta de freguesia. A casa que nós estamos a ocupar era uma casa que estava devoluta no 25 de Abril, já nasciam as silvas lá dentro, foi precariamente reparada e os donos autorizaram que a junta funcionasse, mas com a intenção de doar aquele edifício para outros fins: uma creche ou outra coisa qualquer. Ainda há bem pouco tempo, à cerca de dois anos, o dono que se encontra em Lourenço Marques escreveu-nos uma carta dizendo que nas condições em que nós estávamos a utilizar a sede pela junta, que teria que rever o assunto. O Delegado, o Procurador é nem mais nem menos que o Sr. Dr. António Brandão. Ele é conhecedor da situação. Estamos na contingência de não ter absolutamente sede nenhuma e estávamos agora embalados a recuperar o antigo edifício dos paços do concelho onde funcionou a escola primária n.º 1, para nos metermos lá. Por conseguinte, a situação de Eixo é esta e eu quero-a dar a conhecer: Já gastámos na primeira fase onze mil contos e para este ano sei que o concurso já está preparado. Agora, quando o Sr. Presidente entender abrir concurso. Agora a questão do auxílio do estado, talvez seja premente e seja justificado por a nossa necessidade. Eu queria dar com clareza a situação de Eixo que é para amanhã não haver situações desagradáveis."*

Vogal Manuel Arede:

*"Sr. Presidente, a Junta da Freguesia de Nariz, do edifício, é recente ainda, mas foi ocupado de todo, quase, pelo posto médico. Temos o posto médico dentro da Junta da Freguesia de Nariz. O edifício não é dos antigos, é próprio, mas temos uma única sala e um salão, não temos mais nada dentro da Freguesia de Nariz. Porque o posto médico ocupou a junta toda. Agora devia haver uma solução, talvez, porque a junta não é de um prédio degradado, é novo, o que é que não temos nada porque o posto médico ocupou tudo."*

Vogal Manuel Branco Pontes:

*"Muito obrigado Sr. Presidente. Todos os Presidentes de Junta que estão aqui representados, defendem cada um a sua freguesia. Parece-me que estão todos na mesma situação. A minha freguesia também tem uma Junta, de facto. Pode ser um edifício pequeno, um edifício antigo. Preciso disto não é só para fazer sedes de junta, é para obras também na sede de junta. Também precisa, de facto, de obras. Desde que foi construído nunca foi pintado.*

*Agora, parece-me o seguinte: Eu parece-me que há uma hipótese de sairmos desta, é fazer fazermos uma proposta à Mesa da Assembleia, porque a melhor solução para sairmos disto é fazer um sorteio ou por votação. Se não estamos numa guerra, todas as juntas defendem o seu papel e eu acho que tem que haver uma solução porque os dias são pequenos, é até ao dia quinze, só."*

Entretanto entrou na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal João Barbosa:

*" Sr. Presidente, eu até estou à vontade e acho que não se deve perder a possibilidade de estas Juntas poderem aproveitar este financiamento. Até porque aqui diz: a construção, reparação e aquisição de edifícios. Temos que arranjar realmente quais são as mais prioritárias. Eu até dava aqui uma achega, que a maior parte não conhece e eu agora fiquei a saber que tinha uma junta. Por exemplo, eu ouvi falar ali o Sr. Presidente da Junta de Nossa Senhora de Fátima e eu julguei que aquilo que*

*era a sacristia da igreja, não era a junta de freguesia. Agora fiquei a saber que é a sede da junta."*

Vogal Henrique Diz:

*"Sr. Presidente, de facto o problema é muito complicado de resolver e uma vez que, como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vera Cruz mencionou, o programa se destina a financiar construção, reparação e aquisição de edifícios, eu sugeria que fossem consideradas todas as Juntas de Freguesia que necessitam ou de edifícios novos ou de ampliação ou de reparação e que a prioridade fosse esta: quem necessita de edifícios novos, quem necessita de ampliação, e a seguir quem necessita de obras de conservação."*

Presidente da Mesa:

*"Esse também é um critério interessante, só que é uma moldura. O problema é enchê-lo depois."*

Presidente da Câmara:

*"Na sequência do que ainda agora mesmo foi dito, eu faria a seguinte sugestão também (e é uma sugestão, porque eu acho que isto idealmente deveria ser decidido de forma consensual pelos Srs. Presidentes da Junta visados) :*

*Necessidade de financiamento - todas, uma vez que esta alínea será para fazer pequenas reparações, construções, etc. . E depois vou atrever-me, mas assumindo que isto possa não ser do vosso acordo, mas alguém tem que fazer uma proposta e eu vou assumi-la.*

*Prioridade n.º 1 - Requeixo;*

*Prioridade n.º 2 - Eixo;*

*Prioridade n.º 3 - Nariz;*

*Prioridade n.º 4 - Esgueira;*

*Prioridade n.º 5 - Nossa Senhora de Fátima;*

*Prioridade n.º 6 - S. Jacinto.*

*Esta é a leitura que eu faço daquilo que conheço das receitas das Juntas. Acrescentaria no momento de enviar esta relação, o caso de Eirol com uma nota, interrogando o porquê da exclusão e que caso seja possível inclui-la, teria de ser reavaliada a ordem de prioridades."*

Presidente da Mesa:

*"Não podemos estar a fazer isso, porque não sabemos se é reincluída. Não podemos estar a dar dois palpites sobre prioridade. A prioridade é esta e em sétimo figuraria Eirol. É um começo de trabalho, eu não dou muito por essa reunião. Comecei por sugerir, mas já percebi que não vai dar nada, tanto quanto conheço da democracia auto-gestionária."*

Vogal Joaquim Abreu:

*"Segundo entendi, estas participações são para o mandato durante quatro anos. Sr. Presidente da Câmara, gostaria que me prestasse um bocadinho de atenção àquilo que eu vou dizer, que é precisamente para o Sr. Presidente da Câmara. Eu, com a proposta que V. Ex.a apresentou, só pretendo uma coisa: é que as obras tenham o seu curso normal. A minha ficar para o ano, não quer dizer nada; a Câmara receberá o seu dinheiro para o ano, agora que o concurso terá que seguir, já devia de estar aberto, até. Se o Sr. Presidente me garantir que o curso das obras*

*não sofre interregno, porque eu custa-me passar por ali e ver o casarão desventrado e com uma tabuleta lá, aquilo castiga as pessoas e nós temos necessidade absoluta da sede; se o Sr. Presidente me garantir que as obras vão ter o seu curso normal independentemente de ser para o ano a minha freguesia contemplada com essa verba, tudo bem."*

Vogal Henrique Diz:

*" Sr. Presidente, eu peço-lhe desculpa, mas se de facto o Sr. Presidente da Câmara conhece as juntas de freguesia, terá que admitir que Esgueira não pode estar à frente de Nossa Senhora de Fátima na sua prioridade. Por um motivo muito simples, Sr. Presidente. É que Esgueira necessita de obras de conservação. Estamos de acordo. Eu vivo lá, conheço a junta, como o Presidente da Junta de Esgueira conhece. A Junta de Freguesia da Nossa Senhora de Fátima está a funcionar num edifício, onde não tem condições de trabalho porque o edifício está ocupado por outras instituições. Portanto, tem uma sala para trabalhar e pouco mais. Portanto, há uma diferença substancial entre a situação de Esgueira e a situação de Nossa Senhora de Fátima."*

Presidente da Câmara:

*" Eu admito que seja assim. A minha reflexão foi que Esgueira tem muito mais população e portanto, pareceu-me que seria mais urgente ter uma sede condigna em Esgueira e sendo certo que a sede que eu visitei em Nossa Senhora de Fátima, apercebi-me que havia lá outras colectividades, mas por cedência e não ouvi grandes queixas em relação ao funcionamento da junta. Mas admito que tenha errado e que se houver consenso entre os dois Srs. Presidentes, troca-se e resolve-se já o assunto."*

Vogal Diniz Marques:

*" Quer dizer, nesta ordem de prioridades, Eirol continua a não poder fazer sessões da Assembleia de Freguesia."*

Presidente da Mesa:

*"Eirol não está nesta lista. Tem que se encabidar Eirol à força. Portanto, não vamos agora complicar o processo. No fim de votar estes seis que aqui estão, vota-se especialmente Eirol para supra numerário. E depois a Câmara esclarecerá que Eirol apesar de não estar aqui, se calhar é a que precisa mais de todas estas; ou dirá como entender. Agora, não vamos criar nós próprios um factor de perturbação numa listagem de que não somos culpados, embora seja incompleta ou pouco criteriosa."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Diogo Soares Machado:

*"Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento à Mesa mesmo por ignorância, que é o seguinte: eu não sei se não seria possível propôr-se a esta Assembleia uma deliberação no sentido de, sendo obrigatório votar este documento com a definição das prioridades, como foi dito que é, eu pergunto se não seria possível esta Assembleia votar um voto de confiança, uma moção, qualquer figura, que permitisse ultrapassar este impasse. Não perdermos mais tempo com uma discussão em que todos nós nos estamos a envolver, mas que se calhar há uns que estão mais envolvidos que outros e votando este documento dessa maneira, delegasse na Câmara*

*e nas juntas numa futura reunião, rapidamente, para cozinharemos isto, entenderem-se entre vós, porque é a vós que compete, mais do que a nós até, talvez."*

Presidente da Câmara:

*"A minha sugestão de há pouco, se se recordam era que o caso de Eirol fosse expressamente mencionado, como devendo ser incluído nesta lista de necessidades de financiamento para ver se o governo aceita ou não. E portanto, esta deliberação aprovaria a inclusão de Eirol, entraria na escala de prioridades com os outros cinco e logo vemos o resultado. Cumprimos a nossa função política e ou há dotação para os seis ou há para os sete."*

Presidente da Mesa:

*"Eu vou fazer sondar a opinião da Assembleia e mesmo em votação, com uma primeira votação que será assim:*

*Necessidade de financiamento - e faço esta proposta - que se responda sim em relação a todas estas seis freguesias.*

*Depois far-se-ia uma votação específica para Eirol, propondo que se responda sim também, a Eirol.*

*E logo a seguir, quanto às prioridades, depois falamos."*

Posta à votação a necessidade de financiamento das seis freguesias, foi a mesma aprovada com vinte e seis votos (12 PS + 8 PSD + 6 PP) a favor e duas abstenções (1 PP + 1 PCP).

Apresentaram declarações de voto, os seguintes Vogais:

Vogal Joaquim Abreu:

*"Queria fazer uma declaração de voto, porque eu não tenho capacidade para saber se os outros têm mais ou menos do que eu."*

Vogal António Salavessa:

*"Gostaria de votar a favor, mas absteve-me por uma única razão. É que quanto a mim S. Jacinto está bem servido e não tenho aqui o Presidente da Junta para me dizer o contrário."*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Presidente da Mesa:

*"Agora vou pôr à votação desta seguinte maneira: Quem é que entende que a Freguesia de Eirol devia estar inscrita nesta lista, por também ter necessidade de financiamento."*

Submetida à votação a proposta supra mencionada, foi a mesma aprovada por uma maioria de vinte e oito votos a favor (9 PSD+6 PP + 12 PS + 1 PCP) e uma abstenção (1 PP).

Presidente da Mesa:

*" O Presidente da Câmara quando fizer o ofício registará esta circunstância, como já anunciou que faria. Se necessário juntará cópia da acta, mas isso até ao dia 15 não está feita a acta. Eu proponho que os Presidentes da Junta, estes seis mais um - sete;*

*O sétimo terá que ser sempre o sétimo na ordem de prioridades, porque não podemos estar a sacrificar a chance de alguém com a precariedade de uma integração postiza ou suplativa ou complementar de Eirol. Mas nessa reunião, pode também ter opiniões a dar. Eu proponho que se reunam os seis Presidentes mais os outros Presidentes de Junta, já agora se faça uma "melée" de Presidentes de Junta e com o Presidente da Câmara ou um Vereador seu delegado a apitar o jogo, que é para ter eficácia, porque dou exactamente dez minutos para isso."*

De imediato os trabalhos foram suspensos para a reunião dos Presidentes de Junta e reiniciados dez minutos depois.

Presidente da Câmara:

*"Eu vou fazer o ponto da situação. Portanto, revendo e resumindo, vamos responder no sentido de que todas as seis freguesias indicadas têm necessidade de financiamento. Além disso vamos dizer que, provavelmente por lapso Eirol ficou de fora, uma vez que não recebeu até agora nenhum financiamento e é mais carênciada. E estabelecendo na ordem de prioridades, a seguinte:*

*N.º 1 - Eirol;*

*N.º 2 - Requeixo;*

*N.º 3 - Eixo;*

*N.º 4 - Nariz;*

*N.º 5 - Nossa Senhora de Fátima;*

*N.º 6 - Esgueira;*

*N.º 7 - S. Jacinto.*

*Com isto, gostava ainda de acrescentar que esta definição de prioridades no recebimento destes financiamentos que o Estado irá dar através do Orçamento de Estado, não implica naturalmente que não se façam outras obras noutras juntas de freguesia nem que se deixem de fazer obras que neste momento estão em curso nas freguesias visadas. É mais uma ajuda, para a qual devemos estabelecer uma prioridade, mas a vida segue o seu curso com os nossos próprios meios, evidentemente. E penso que com isto se resolve o problema. Isto é uma proposta que esta Assembleia tem que aprovar."*

Entretanto saiu da sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia este critério de prioridades, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (12 PS+8PSD+7 PP+1PCP).

#### **PONTO N.º 10 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO GRUPO DE TRABALHO ATINENTE À CRIAÇÃO DE UMA FACULDADE DE MEDICINA EM AVEIRO**

Vogal Gaspar Albino:

*"Em nome da minha bancada e sem prefácios, gostaria de avançar, como sendo proposto por nós, o nome de Capão Filipe, médico, que nós propomos apesar de ausente por razões imperiosas resultantes da sua actividade profissional, está no banco de urgências. Mas entendemos que ele reúne as características para ser o*

*representante da Assembleia Municipal no grupo de trabalho atinente à criação de uma faculdade de medicina em Aveiro.*

*É mais do que evidente que se me atrevo a fazer esta proposta é porque o proposto aceita ser proposto.”*

Entretanto saiu da sala o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Jorge Arroiteia:

*"Nós a nível da nossa bancada, entendemos que o representante desta Assembleia para este grupo de trabalho, deve efectivamente ser alguém que reúna as competências técnicas e científicas, capazes de dignificarem não só a Assembleia, mas também de poder contribuir de uma forma muito positiva para o bom andamento destes trabalhos de grande responsabilidade que será a da constituição de um dossier e de um estudo aprofundado sobre a criação de uma possível faculdade de medicina em Aveiro. Neste sentido e sem que tivéssemos acordado nada com o Sr. deputado Gaspar Albino, propomos e subscrevemos naturalmente também o nome do nosso companheiro de Assembleia, Dr. Capão Filipe.”*

Vogal Filipe Brandão:

*"Só apenas para subscrever de igual modo a sugestão. Já há pouco havia conferenciado com o meu querido amigo Diogo Machado e portanto, já lhe havia demonstrado a total anuência da bancada do Partido Socialista a indicação do Dr. Capão Filipe para essa Comissão.”*

Vogal António Salavessa:

*"Dado o consenso verificado nesta Assembleia penso ser desnecessário proceder-se à votação, podendo considerar-se o proposto como eleito por consenso, se se mantiver este quadro.”*

Presidente da Mesa:

*“Desculpar-me-á, eu tenho durante muitos anos, na oposição democrática e depois do 25 de Abril, tenho trabalhado muito com os comunistas e sei que a consensualidade lhes é cara, mas está aqui prevista a eleição. Eleição é mesmo eleição, não se aventura de outra forma. Mas já agora devo dizer o seguinte e é bom que assentemos. Está hoje aqui a assumir-se que a indigitação para uma candidatura dispensa aceitação, pelo menos por escrito, do candidato. O que nada me choca porque entendo que faz parte dos deveres dos membros da Assembleia Municipal serem indigitados, nomeados, para desempenho de determinadas tarefas, isso é certo. Em segunda linha, pode acontecer que a pessoa diga: “eu não posso aceitar, por não ter disponibilidade” daí que, seja sempre prudente haver uma aceitação expressa. E às vezes um erro na presunção de que o indigitado uma vez eleito venha a aceitar, tem pouca importância como é o caso, porque pode-se repetir se não viesse a aceitar. Mas a exigência de uma aceitação pública e expressa, será um excesso de formalidade quando dois companheiros de bancada garantem que o próprio disse que aceitava. Sendo assim considero preenchido o requisito da aceitação da indigitação.”*

Para a eleição de um representante da Assembleia Municipal no grupo de trabalho atinente à criação de uma Faculdade de Medicina em Aveiro, foi aceite a candidatura

apresentada pela bancada do CDS/PP, com o nome do Vogal desta Assembleia Municipal de Aveiro, Luís Miguel Capão Filipe.

Efectuadas as operações para a eleição por escrutínio secreto, verificaram-se os seguintes resultados:

*Deram entrada na urna vinte sete votos:*

*Votos a favor 25*

*Votos brancos 2.*

Assim, o representante da Assembleia Municipal no grupo de trabalho atinente à criação de uma Faculdade de Medicina em Aveiro, é o Vogal Luís Miguel Capão Filipe.

Após o escrutínio, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, dando por concluída a Sessão Ordinária de Abril.

Eram 00:30 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.